



**PROFHISTÓRIA**

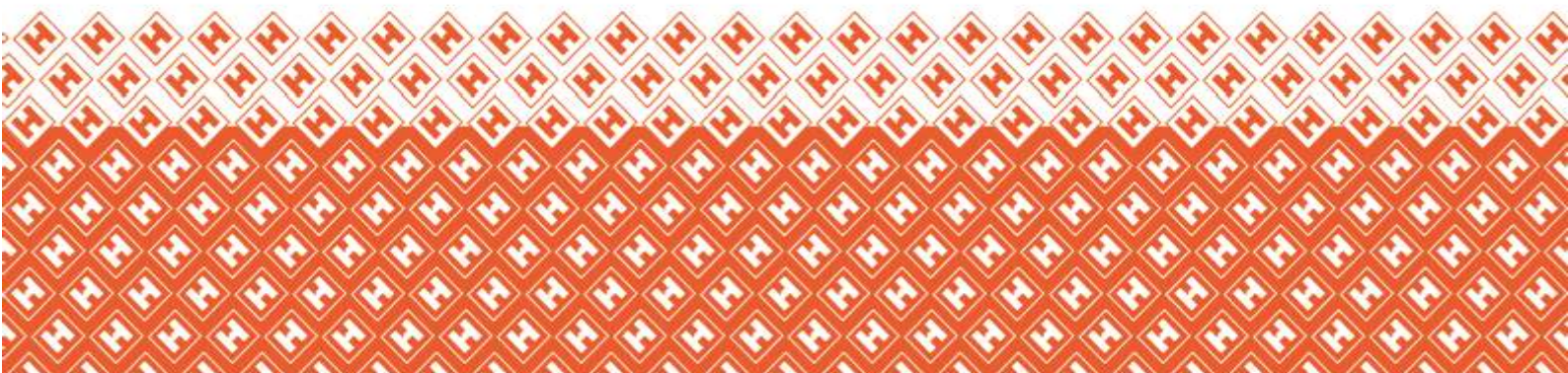
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

EDUARDA RODRIGUES ALBUQUERQUE

**COM QUANTOS “PONTOS”? APLICAÇÃO DO MÉTODO MAIS EDUCAÇÃO  
PARA INVENTARIAR O BORDADO DE PASSIRA-PE**

Nazaré da Mata-PE  
2024



EDUARDA RODRIGUES ALBUQUERQUE

**COM QUANTOS “PONTOS”? APLICAÇÃO DO MÉTODO MAIS EDUCAÇÃO PARA  
INVENTARIAR O BORDADO DE PASSIRA-PE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de História - Prof. História  
da Universidade de Pernambuco para obtenção do  
título de Mestre em Ensino de História

Orientador(a): Prof. Dra. Sandra Simone Moraes  
de Araújo

Nazaré da Mata-PE  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte  
Biblioteca Mons. Petronilo Pedrosa, Nazaré da Mata – PE, Brasil

A345c      Albuquerque, Eduarda Rodrigues  
                 Com quantos “pontos”? Aplicação do método mais educação  
                 para inventariar o bordado de Passira-PE. / Eduarda Rodrigues  
                 Albuquerque – Nazaré da Mata, 2024.  
                 98p.: il.

                 Orientador: Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

                 Dissertação (Mestrado) – Universidade de Pernambuco, Campus  
                 Mata Norte, Mestrado Profissional em História, Nazaré da Mata,  
                 2024.

                 1. Ensino da História. 2. Educação Patrimonial. 3. Patrimônio Cultural.  
                 4. Bordados. I. Araújo, Sandra Simone Moraes de (orient.). II. Título.  
                 CDD 373.09

Bibliotecária Responsável: Luciene Aquino – CRB-4/2207

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA

Folha de Aprovação

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 29 de maio de 2024, considerou o (a) candidato (a) Eduarda Rodrigues Albuquerque aprovado (a).

Este exemplar corresponder à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora:

Prof. (a) Dr. (a) Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo \_\_\_\_\_  
(UPE)

Prof. (a) Dr. (a) Carlos André Silva de Moura \_\_\_\_\_  
(UPE)

Prof. (a) Dr. (a) Erisvelton Sávio Silva de Melo \_\_\_\_\_  
(Prefeitura do Recife)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por me conceder sabedoria e paciência nos momentos em que mais precisei e por me possibilitar realizar sonhos que jamais imaginei viver. Essa é uma das muitas promessas que Ele tem cumprido em minha vida.

À minha família, meu pai (João), minha mãe (Lucicleide) e minha irmã (Juliana), que sempre me incentivaram e se preocuparam com minha educação, desde tão pequena, mesmo que isso significasse abdicar de coisas que somente eu e eles entendemos.

A Arlindo, meu companheiro e também melhor amigo, que desde o início me incentivou e, nos dias de cansaço e sobrecarga, não duvidou em nenhum momento que eu conseguiria concluir essa etapa.

Aos meus queridos primos, com quem nutro um relacionamento de irmandade e sempre se fazem presente em minha vida.

Aos meus avós, João e Teresinha que, mesmo sem saber, me tranquilizaram e me deram fôlego para voltar a produzir, com nossas conversas, nos fins de tarde, sentados no banco na frente de sua casa. Assim como a minha avó Josefa “*in memoriam*” que segue sendo meu exemplo de força e superação.

Às minhas tias, Luciene, Idemorgania e Elisângela, as primeiras bordadeiras com quem tive contato e que utilizavam o bordado em muitos momentos como o único meio de sustento. E Rosimere e Rosa Maria que são, até hoje, fonte de inspiração para seguir minha vida acadêmica.

Um agradecimento especial à minha Orientadora, Prof<sup>a</sup> Sandra Simone, pelos ensinamentos e conselhos e, principalmente, pelo acolhimento e carinho em nossos encontros.

À instituição em que trabalho, que acolheu o projeto com muita seriedade. E aos meus colegas de trabalho que me ajudaram, facilitando minha ausência para que pudesse concluir o curso. De modo especial, agradeço à Wanessa Mayara que sempre se dispôs a ajudar no andamento desta pesquisa.

Aos meus colegas de turma do Profhistória, onde estabelecemos uma relação amigável e de troca, em especial Edigar Leal e Bárbara Pontes, com quem pude partilhar dúvidas e aflições.

Aos Professores Drs. Carlos André Silva de Moura e Erisvelton Sávio Silva de Melo, por terem feito parte da minha banca de qualificação e aceitado, tão amavelmente, compor minha banca examinadora.

## RESUMO

A Educação Patrimonial é uma ferramenta útil para fortalecer os laços comunitários, promover o respeito à história e à memória de um povo, e formar cidadãos críticos e engajados na preservação da identidade cultural. Dessa forma, levantar discussões acerca do patrimônio cultural local torna-se essencial para a formação dos estudantes. Com isso, o bordado manual em Passira-PE, que surgiu juntamente com a cidade, é considerado um bem cultural imaterial e faz parte de todo o cenário histórico e econômico do município. Nesse contexto, o presente trabalho objetivou tecer discussões sobre o legado cultural do bordado manual, utilizando ferramentas que proporcionam a compreensão e a aplicabilidade do método do Inventário Participativo do Programa Mais Educação, junto aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio, de uma escola do município de Passira-PE. Inicialmente, foi realizado um estudo sobre a história da cidade, assim como uma compreensão sobre a cultura do bordado manual no município. A partir disso, foi ofertado um componente curricular eletivo com o título “Nossas Raízes: Processo de inventariação do bordado manual de Passira-PE”, em que foi estruturado do seguinte modo: compreensão da história da cidade; detalhamento sobre os patrimônios materiais e imateriais da cidade; produção e preenchimento do inventário disponibilizado pelo IPHAN, para inventariação de bens culturais; atividade prática de bordado manual; e divulgação dos conhecimentos aprendidos no componente. Desse modo, foi possível identificar o bordado manual produzido em Passira-PE como um bem imaterial que pode ser inventariado. À vista disso, a pesquisa e a criação de um inventário aproximaram ainda mais os estudantes às próprias raízes e ao bordado manual produzido no referido município. Ao final, concluiu-se que a eletiva proporcionou a criação de um ambiente de construção coletiva de conhecimentos, em que foi possível discutir a história da cidade, reacender conceitos e fatos históricos, esclarecendo e sanando lacunas nos conhecimentos dos estudantes sobre a própria história. O componente contribuiu também para a conscientização dos estudantes sobre a importância da preservação do patrimônio cultural local, incentivando uma postura crítica e responsável em relação à conservação e proteção desse patrimônio.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Bordados.

## ABSTRACT

Heritage Education is a useful tool for strengthening community ties, promoting respect for the history and memory of a people, and forming critical citizens engaged in preserving cultural identity. Therefore, raising discussions about local cultural heritage becomes essential for the training of students. As a result, manual embroidery in Passira-PE, which emerged together with the city, is considered an intangible cultural asset and is part of the entire historical and economic scenario of the municipality. In this context, the present work aimed to discuss the cultural legacy of manual embroidery, using tools that provide understanding and applicability of the Participatory Inventory method of the Mais Educação Program, with high school seniors, from a school in the municipality of Passira-PE. Initially, a study was carried out on the history of the city, as well as an understanding of the culture of manual embroidery in the city. From this, an elective curricular component was offered with the title “Our Roots: Process of inventorying manual embroidery in Passira-PE”, which was structured as follows: understanding the history of the city; details on the city's material and intangible heritage; production and completion of the inventory made available by IPHAN, for inventorying cultural assets; practical manual embroidery activity; and dissemination of knowledge learned in the component. In this way, it was possible to identify the manual embroidery produced in Passira-PE as an intangible good that can be inventoried. In view of this, the research and creation of an inventory brought students even closer to their own roots and to the manual embroidery produced in that municipality. In the end, it was concluded that the elective provided the creation of an environment for the collective construction of knowledge, in which it was possible to discuss the city's history, rekindle historical concepts and facts, clarifying and closing gaps in the students' knowledge about history itself. The component also contributed to raising students' awareness of the importance of preserving local cultural heritage, encouraging a critical and responsible attitude towards the conservation and protection of this heritage.

**Keywords:** Teaching History. Heritage Education. Cultural Heritage. Embroidery.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bandeira da cidade de Passira, Pernambuco, Brasil.

Figura 2 – Notícia recente sobre a festa do milho em Passira, Pernambuco, Brasil.

Figura 3 – Localização e divisa do município de Passira e municípios vizinhos em Pernambuco, Brasil.

Figura 4 – Estátua da bordadeira, na praça da Matriz, em Passira, Pernambuco, Brasil.

Figura 5 – Registro da placa de entrada da cidade de Passira, na década de 1980.

Figura 6 – Portal de entrada da cidade de Passira, Pernambuco, Brasil.

Figura 7 – Portal de entrada da cidade de Passira, Pernambuco, Brasil, evidenciando a frase “Terra do bordado manual e do milho”.

Figura 8 – Associação das Bordadeiras de Tamanduá, zona rural de Passira, Pernambuco, Brasil.

Figura 9 – Notícia da construção de hospital de campanha para atender pessoas que contraíram a Covid-19.

Figura 10 – Centro Comercial e Cultural do Bordado de Passira, Pernambuco, Brasil.

Figura 11 – Matriz curricular do ensino médio integral, publicada no Diário Oficial de Pernambuco.

Figura 12 – Cordéis feitos pelos estudantes da eletiva “Nossas Raízes: processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE”.

Figura 13 – Versos dos cordéis “Meu bordado minha história” e “Riquezas de Passira”, criados pelos estudantes da eletiva “Nossas Raízes: processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE”.

Figura 14 – Estudantes preenchendo folhas do inventário participativo do Programa Mais Educação e buscando informações na Internet.

Figura 15 – Capa do modelo digital do inventário produzido pelos estudantes da eletiva.

Figura 16 – Estudantes riscando o tecido com a técnica de pintura em anil; e diluindo a pedra de anil em óleo querosene.

Figura 17 – Estudante pesquisando como bordar em sites da Internet.



Figura 18 – Professor ajudando estudantes a bordar e estudantes colocando em prática o bordado.

Figura 19 – Bordados feitos pelos estudantes da eletiva “Nossas raízes: Processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE”.

Quadro 1 – Objetivos específicos dos componentes curriculares de história, geografia e sociologia, referentes à competência da BNCC, que trata sobre a cultura material e imaterial para o ensino médio.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASBOT – Associação das Bordadeiras de Tamanduá.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CEASA – Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco.

CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial.

COOPARMIL – Cooperativa de Produção Artesanal e Industrial de Limoeiro.

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais.

DCNs – Diretrizes e Curriculares Nacionais da Educação Básica.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

EREMAG – Escola de Referência no Ensino Médio Manoel Guilherme da Silva.

EREMs – Escolas de Referência no Ensino Médio.

ETEs – Escolas Técnicas Estaduais.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB – Índice de Desenvolvimento Da Educação Básica.

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

OSSI – Obra Social Santa Isabel.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 NEM SEMPRE FOI “ACORDAR SUAVE”.....</b>	<b>16</b>
1.1 HISTÓRIA DA PRÁTICA DO BORDADO MANUAL EM PASSIRA.....	19
1.2 TODA MULHER PODE BORDAR, TODO HOMEM PODE?.....	20
1.3 COMO A PRÁTICA DO BORDADO MANUAL PODE SER CARACTERIZADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	23
<b>2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL E NO MUNDO.....</b>	<b>32</b>
2.1 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL.....	41
2.2 MAIS EDUCAÇÃO: O INÍCIO E O FIM DE UMA ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	47
<b>3 O USO DA HISTÓRIA LOCAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>56</b>
3.1 BORDAR É TRANSFORMAR LINHA EM HISTÓRIA.....	56
3.2 LOCAL DO ESTUDO.....	59
3.3 ATIVIDADES E METODOLOGIAS DESENVOLVIDAS.....	62
3.4 CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.....	66
3.5 OFICINA DE PRODUÇÃO DO BORDADO MANUAL.....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>83</b>
APÊNDICE A — EMENTA DA ELETIVA.....	83
APÊNDICE B — FICHA DE EXERCÍCIOS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL UTILIZADA NA ELETIVA.....	85
APÊNDICE C — FICHA DE EXERCÍCIOS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL UTILIZADA NA ELETIVA.....	87
APÊNDICE D — FICHAS DO PROJETO.....	88
APÊNDICE E — FICHA DE TERRITÓRIO.....	89
APÊNDICE F — FICHAS DE SABERES.....	91
APÊNDICE G — FICHA DE FONTES PESQUISADAS.....	97

## INTRODUÇÃO

É considerado patrimônio cultural, tudo aquilo que é importante para uma sociedade, comunidade ou país, no que se refere a herança cultural, identidade e memória coletiva (Fonseca, 2003). Antes, no Brasil, era considerado apenas como patrimônio cultural, os bens materiais, contudo, passou-se a considerar também os patrimônios imateriais, que são os que não possuem uma forma física, tais como: os festivais, as músicas, as danças, as práticas rituais, as técnicas artesanais, as línguas, os mitos, as lendas, dentre diversos outros tipos. O patrimônio cultural, independente da sua natureza, é importante para a identidade e história de um determinado grupo, pois, contribuem para compreensão do passado, para a formação da identidade cultural, enriquecimento cultural da sociedade e intelectual das pessoas (Lima, 2015).

Ao compreender a importância do patrimônio cultural, surgiu a educação patrimonial, que tem como objetivo discutir nas escolas e com a sociedade o que é patrimônio cultural, a preservação e a importância para o seu próprio povo, contribuindo assim para que os sujeitos reconheçam seus patrimônios e preservem de modo a manter a história da sua comunidade (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999). Rodrigues (2017), destaca que o patrimônio cultural deve ser observado como um “legado vivo”, pois não se trata de algo do passado, mas como algo no presente, que foi do passado e pertencerá ao futuro, influenciando as futuras gerações. Com isso, é possível empreender que o patrimônio cultural não é estático, é dinâmico, e que a sua preservação é imprescindível para a construção de identidades e memórias coletivas.

A educação patrimonial, passou por diversas adaptações ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos de 1990, com o apoio do Guia para Educação Patrimonial, escrito por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro, em 1999. O guia traz orientações práticas e teóricas para o desenvolvimento de programas e projetos educacionais voltados para a valorização e preservação do patrimônio cultural, explorando conceitos fundamentais, metodologias de ensino, atividades práticas e estudos de caso, que colaboram para uma sensibilização das pessoas em torno da importância do patrimônio cultural para suas vidas. Os autores do guia apresentam o seguinte objetivo:

A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999, p.3)

Vemos então, que a preocupação com a educação patrimonial parte de uma necessidade ao estímulo do conhecimento sobre o patrimônio cultural local, apropriação e valorização desses bens, bem como a constância e continuidade, ao citar a “contínua criação cultural”, sendo assim a continuação da construção da identidade cultural. Além disso, os autores referem a participação ativa no processo de construção desse conhecimento, prevendo assim, o rompimento com a educação tradicional, que visa a passividade do estudante no que concerne o processo de aprendizagem, e a reprodução de conteúdo.

Apesar da educação patrimonial só ter recebido maior atenção a partir dos anos de 1990, Paulo Freire já trazia em suas teorias, abordagens que indicavam de forma indireta ao patrimônio cultural. Esse entendimento vem de uma interpretação dos seus trabalhos, onde é possível empreender a preocupação com o espaço, história e realidade dos indivíduos, enquanto pessoas em desenvolvimento educacional. Além disso, o guia mencionado anteriormente, tem um pouco de suas ideias, visto que, incentiva uma educação democrática, baseada na realidade e território dos sujeitos. Dessa forma, a educação não se separa do ambiente, e precisa se apropriar do meio em que os estudantes estão inseridos, e assim, fazer com que, além de sujeitos ativos no processo de construção de conhecimento, sejam cidadãos que atuem de forma eficaz na sociedade, valorizando e preservando o patrimônio. (Duarte, Garcia, 2021). Vale considerar a seguinte fala de Paulo Freire:

O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária” (FREIRE, 1970). (Florêncio et al, 2014, p. 20).

A educação patrimonial é moldável e transformadora da realidade de todos os envolvidos e da própria sociedade. Ela busca romper com a educação tradicional, que foca no “armazenamento de informações” e a passividade e dos estudantes, indo contra esta maré, ela coloca os estudantes em uma posição ativa no processo de ensino e aprendizagem. Corroborando assim, para a preservação das marcas que representam processos históricos, fatos, culturas de determinada época e povo, além de incentivar a continuidade da produção de bens culturais (Tolentino, 2019).

As dificuldades para implementação da educação patrimonial surgem de diversos obstáculos, desde seu arcabouço conceitual até a sua aplicação prática. A princípio, não há um consenso bem definido, que se expande à falta de espaços para que hajam estas discussões, de forma contrastada e produtiva. Segundo Scifoni (2021, p.6), a própria nomenclatura é dispersa:

“Como avançar no pensamento se este se encontra fragmentado, sob várias denominações: educação patrimonial, ação educativa em museus, ação museal, educação para o patrimônio entre outras mais?”, reforçando que isso enfraquece a unificação destas discussões, desviando a formação de políticas e práticas educacionais coerentes e eficazes, por isso há a necessidade de ampliar as discussões.

Uma problemática ainda inerente as escolas, no que se refere a implementação da educação patrimonial, onde os projetos, comumente ocorrem em torno de patrimônios tombados ou a instituições históricas, ignorando, em muitos casos, a própria história local<sup>1</sup> (Duarte, Garcia, 2021). Assim, ocorre uma desvalorização dos patrimônios ainda não tombados, e dos patrimônios que existem dentro da própria comunidade. Uma frase muito utilizada desde 1930, quando surgiram as preocupações com os patrimônios materiais, devido a crescente urbanização e industrialização que por ventura vinham destruir patrimônios, foi: conhecer para preservar. Esta frase enfatiza a necessidade da educação como ferramenta de preservação e conscientização da sociedade, sugerindo que, ao compreender e valorizar o seu patrimônio cultural, as pessoas se tornam mais propensas a protegê-lo e preservá-lo para as gerações futuras (Scifoni, 2021).

Discutir sobre este tema partiu das vivências durante a minha trajetória enquanto discente do curso de Licenciatura em História, na Universidade de Pernambuco - UPE, no campus Mata Norte, onde tive a oportunidade de me engajar com projetos acadêmicos transversais, que tinham como objetivo a produção de narrativas locais, que promoviam e incentivavam produções culturais em diferentes espaços e contextos, consideradas relevantes na construção de uma história com ênfase nos pequenos símbolos de identificação e identidade das comunidades que os produzem, e que podem ser considerados como patrimônio cultural.

Dentre esses projetos, destaco a participação no Grupo de Pesquisa “Estudo Imagem, Memória e Cultura”, em que, sob orientação da Prof. Dra. Sandra Simone, propôs a construção de um livro com participação dos componentes do grupo, versando sobre uma temática de

---

<sup>1</sup> Este estudo aborda a história local, definindo-a como o exame da importância de um lugar específico na compreensão de eventos, culturas e práticas que se manifestam de maneira íntima e detalhada, distinguindo-se assim das abordagens mais generalizadas da história. A narrativa histórica neste contexto é profundamente conectada às características e peculiaridades de um local particular, refletindo a definição de José D’Assunção Barros (2013). Ele descreve a história local como uma disciplina em que o "local" se torna o eixo central da análise. Segundo Barros, esse enfoque não implica necessariamente em uma análise isolada do local e do tempo, mas enfatiza como o "local" é um reflexo de uma cultura ou política específica, uma singularidade regional ou uma prática única que adquire significados especiais e que merece ser examinada de forma destacada. Esse conceito ressalta que a história local vai além da mera contextualização geográfica, engajando-se com o significado intrínseco e as influências exclusivas do local estudado.

interesse e que perpassasse a realidade de todos. Assim, no decorrer dos encontros e etapas de produção, foi acordado a realização de pesquisas sobre as feiras das cidades de cada um dos integrantes. Nesta proposta, fiquei imbuída da missão de fotografar e escrever as feiras do município de Passira-PE. Durante o processo não poderia deixar de citar a feira do Bordado Manual dessa cidade, que, embora aconteça somente uma vez ao ano, é vista como evento de grande movimentação e atrai turistas de várias localidades. Desse modo, foi necessário aprofundar-me acerca das questões históricas que deram origem ao evento e, conseqüentemente, de como a produção do bordado no município veio a ter tanta relevância a ponto de ter um evento desenvolvido somente para tal produto. Início citando este trabalho, pois foi a partir deste que consegui enxergar a riqueza cultural do meu município. Desde então, direcionei as minhas pesquisas acadêmicas à produção do bordado manual em Passira-PE.

Ainda na graduação, desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) acerca de como essa produção veio a se tornar para o grupo que compõe o município um patrimônio cultural imaterial, apesar de não compor a lista oficial de patrimônio cultural imaterial de Pernambuco. Durante esse período, objetos, lugares, e relatos foram minhas fontes. Familiarizada com o ambiente e imersa em meu campo de estudos, notei a ausência de produções historiográficas que entendessem as produções manuais de bordado da minha cidade enquanto patrimônio cultural, apesar de ser considerada pela população como algo que caracteriza e particulariza o município.

De modo contrário, ainda existe um desconhecimento desses mesmos habitantes e dos órgãos públicos locais acerca das questões jurídicas que tornam essa prática um patrimônio cultural propício a receber, além de um inventário para seu registro, o título, e as políticas de conservação. Assim, a produção Manual dos Bordados não é registrada enquanto patrimônio cultural imaterial, nem até o atual momento existem projetos ou esforços para que seja isso aconteça. Somando-se a isso, desde o segundo semestre de 2021, atuo na rede pública de ensino em uma escola estadual no município de Passira, lecionando o componente curricular de História e percebi que existe uma carência na abordagem de conteúdos sobre uma história local. Sendo assim, desde o ano de 2022 tenho ofertado componentes eletivos voltadas ao tratamento de conteúdos que abarcam a história local, o que me fez perceber, nas trocas diárias com meu alunado, que existe um grande número de famílias que ainda vivem desse bem, além disso, ainda existem diversos relatos, também das novas gerações, ligados à prática do bordado que até o presente momento são desconhecidos.

Desse modo, penso que a iniciativa de abordagem e produção de um inventário a respeito da produção Manual dos Bordados de Passira seja relevante no sentido de ampliar as

produções e discussões sobre a temática no ambiente escolar, bem como incorporar novos estudos acerca da experiência de um Inventário Participativo, aproximando essa prática das novas gerações que, mesmo convivendo com essa cultura, ainda não conseguem enxergar sua relevância.

Ao reconhecer a importância da educação patrimonial, e o frequente descuido de bens patrimoniais ao longo da história do Brasil, é compreensível que surja a preocupação com patrimônios culturais ainda não reconhecidos pelo Estado. Isso, promove uma exclusão de práticas culturais diversas, principalmente em pequenas cidades do interior, que deixam de receber recursos e acabam não sendo incluídas em políticas públicas de incentivo e valorização. Dentro desta perspectiva, podemos citar a cidade de Passira, Localizada no interior de Pernambuco, Brasil, conhecida pelo entorno como a terra do bordado. Essa prática, o bordado, acontece na cidade desde o surgimento da mesma, quando ainda fazia parte do município de Limoeiro, hoje cidade vizinha, logo não há uma data ou período para quando se deu o seu surgimento. É uma prática patrimonial na cidade, reconhecida pelos seus habitantes como de fundamental importância econômica e histórica para a cidade. Isso fica claro, ao passar pela cidade, por onde os passirenses não são tímidos ao anunciar seu legado com o bordado, pois, estampam por toda cidade, que o bordado faz parte da sua cultura, prática econômica e social. Com isso, este trabalho objetiva fundamentar discussões sobre patrimônio, e a educação patrimonial no Brasil e no mundo, discutir acerca do método desenvolvido pelo Programa Mais Educação para inserção da educação patrimonial no ambiente escolar, além de apresentar o relato de organização de uma eletiva para o ensino médio sobre educação patrimonial fazendo uso da história local. Dessa forma, o trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro, “Nem sempre foi “acordar suave”” que aborda todo contexto histórico social da cidade de Passira, Pernambuco, evidenciando seus avanços como cidade e riqueza cultural relacionada a prática do bordado com os tópicos “História da prática do bordado manual em Passira”, “Toda mulher pode bordar, todo homem pode?”, e “Como a prática do bordado manual pode ser caracterizada como patrimônio cultural imaterial”. Este tópico envolve um compilado que relaciona o povo do município e a sua relação com o legado cultural do bordado manual. O segundo capítulo, intitulado “Educação patrimonial no Brasil e no mundo”, nos mostra como o patrimônio cultural é visto e tratado no Brasil e no mundo, trazendo diferentes perspectivas e evidenciando a necessidade de reconhecimento das práticas tradicionais como símbolo de valorização legal pelo Estado nacional e como a educação é importante para este processo. Esse capítulo está dividido em “Marcos legais da educação patrimonial no Brasil”, “Mais Educação: o início e o fim de uma estratégia para educação patrimonial”. E por fim, é apresentado no



terceiro capítulo, intitulado “O uso da história local como proposta pedagógica para educação patrimonial”, que inclui uma proposta de componente eletivo: “Nossas Raízes: Processo de inventariação do Bordado de Passira-PE”. Nesta unidade do trabalho ocorre uma descrição detalhada do processo de criação e condução do componente curricular junto aos estudantes, que teve como produto a inventariação e um evento de culminância sobre o bordado manual de Passira, apresentando os resultados obtidos pelos próprios estudantes, que atuaram como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, por meio da criação de cordéis sobre a temática, inventariação do patrimônio imaterial histórico e cultural da cidade em que cresceram e onde aprenderam tanto sobre a história contada e continuada por seus familiares, e produção de bordados manuais, no qual os próprios estudantes ensinaram e aprenderam uns com os outros.

## 1 NEM SEMPRE FOI “ACORDAR SUAVE”

Passira começou  
De um pequeno povoado  
Há mais de um século passado  
Com o nome de Malhada  
Não tinha casas caiadas  
Era escuro e no lameiro  
E ao Distrito de Pedra Tapada.  
(SILVA, Tiago Ramos da. s.d; p.01)

Nos versos do cordel “História de Passira antiga Malhada do Boi Terra do Bordado Manual”, produzida por Tiago Ramos da Silva, o poeta popular faz uma representação da história de formação do território passirensse. No trecho exposto, é possível relembrar o período em que a localidade ainda era parte do município, hoje, vizinho, de Limoeiro. No entanto, o passado de Passira parece ser muito mais longo.

Apesar de ainda não ser conhecida com a nomenclatura atual, as terras onde se localiza o município fazem parte de um território que começou a ser desenvolvido no século XVII. A formação das primeiras vilas da região, hoje, abrangendo os municípios de Limoeiro, Cumaru e Passira, remonta a construção da primeira capela, entre os anos de 1730 e 1740, por um religioso português chamando Alexandre de Moura. Ele habitava uma região próxima a uma aldeia indígena, onde o Padre Ponciano Coelho, responsável pela catequização dos grupos indígenas da área, também celebrava missas e festividades religiosas na capela. Assim, uma pequena vila foi se formando, a partir do interesse das pessoas em se estabelecerem próximas à capela.

Todavia, ainda há registros que associam o povoamento da região à construção de uma capela em homenagem a São José, em 1870. Essa teria sido construída a mando do missionário Dr. José Antônio Ibiapina, no local em que, hoje, é chamado de Pedra Tapada, “topônimo motivado pela existência de tanques naturais em forma de pequenas cacimbas, entre os vastos lajedos que se espalham no leito do rio”(IBGE, 2023).

Ao contrário do que ocorre hoje, o município nem sempre teve esse nome, nem tampouco era conhecido pelas produções do bordado manual. Passira só começaria a existir em 20 de dezembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.981. Antes disso, era chamada de Malhada do boi ou, simplesmente, Malhada, pois está localizada em uma área de transição entre a zona agreste e canavieira, local perfeito para colocar os rebanhos bovinos para malhar. Apesar de diferentes histórias, parece de comum acordo que o crescimento populacional dessa localidade se deu posteriormente à expansão dos algodoais pelo agreste pernambucano, entre os séculos XVIII e XIX. Isso teve papel importante no processo de urbanização e crescimento do interior

do estado. Esse passado aparece exposto na bandeira de Passira, assim como mostra a imagem (Figura 1).

Figura 1: Bandeira da cidade de Passira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Portal Passira

No centro da bandeira, ainda é possível ver a ilustração da Serra, a qual dá nome ao município. Diferentes significados foram dados para traduzir o termo Passira, que assim como a Serra, nomeia o município. Nos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o nome é traduzido como “que acaba em ponta de flecha”, no entanto, na localidade é popularmente traduzido do tupi como “Acordar Suave”. Essa foi utilizada no brasão logo abaixo da figura da serra. Essa interpretação também foi utilizada nas primeiras estrofes do hino Passirensse, que diz “Acordar Suave é dizer Passira”. Ainda na imagem, é possível perceber a presença da folhagem do milho que logo viria a ser o principal produto produzido na região.

A cidade de Passira também ficou conhecida como terra do milho. Segundo o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), no município, há uma área de mais de 2 mil hectares arados destinados à produção de produtos diversos, dentre elas, 400 hectares são somente de plantação irrigada, o que permite a colheita durante todo o ano. Foi dessa forma que Passira passou a fornecer 40% de todo o milho negociado no Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA). (ASBRAER, 2020).

O título “Terra do milho”, conferiu ao município uma de suas principais festividades: a festa do milho, cuja primeira edição aconteceu no ano de 2007, promovida pelo então prefeito Miguel Gomes de Freitas. A festa acontece tradicionalmente entre o fim do mês de julho e início do mês de agosto, que coincide com o fim da primeira safra de milho plantada no inverno.

Tal festividade, traz à tona uma celebração pela colheita e que acontece até os dias atuais, como consta em um site de notícias local (Figura 2).

Figura 2: Notícia recente sobre a festa do milho em Passira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Portal Agreste Web

No entanto, apesar de não aparecer na bandeira do município, outro bem produzido em Passira que ganhou notoriedade foi o bordado, Passira, hoje, é bem mais conhecida como terra do bordado manual.

Figura 3: Localização e divisa do município de Passira e municípios vizinhos em Pernambuco, Brasil.



Fonte: Google Maps

Passira está situada a 107 km da capital pernambucana (Recife – PE), tem uma população de 28.856 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis) habitantes, segundo o censo realizado em 2021 pelo IBGE. O município possui uma área de 329,755km<sup>2</sup> e faz divisa com

Salgadinho, Cumaru, Gravatá, Bezerros, Pombos, Feira Nova, Glória do Goitá e Limoeiro, municípios circunvizinhos, dos quais herdou a forte tradição de produzir bordados.

Foi essa tradição que fez o município ser reconhecido pela grande produção de bordados, fazendo jus ao termo “terra do bordado”. Mesmo não estando na bandeira do município, o bordado de Passira está por todos os lugares da cidade: praças, centros culturais, pórtico, ônibus, feiras e até em ruínas espalhadas pelo município. O professor Jurandir Barros, ao compor o hino local, caracteriza Passira como “És cidade simples /mas que tens cultura”. Se cabe uma releitura, escrevo também que a cidade é cheia de histórias.

### 1.1 HISTÓRIA DA PRÁTICA DO BORDADO MANUAL EM PASSIRA

“Está em todos os lugares” seria o que qualquer turista responderia caso o perguntassem onde ficam os bordados em Passira. Mas de onde vem os bordados de Passira? Como ele chegou a fazer parte de todos os lugares? São esses questionamentos que o presente item irá abordar.

Como já citado, Passira integrou o território do circunvizinho Limoeiro, recebendo assim, diversas influências culturais, como mostra uma pesquisa realizada por Isabella Karim Moraes Ferreira de Vasconcelos, em 2016. Na pesquisa, a autora destaca a origem do bordado de Passira ligada a Limoeiro:

Além disso, a mesma “Série Monografias Municipais” de Limoeiro, na qual obtivemos muitas de nossas fontes sobre a cidade, registra que “o artesanato mais frequente no município é o bordado”, seguido da “talha em madeira”. Quanto à propagação do bordado em Limoeiro, aponta-se a como principal responsável a “Cooperativa de Produção Artesanal e Industrial de Limoeiro Ltda.”. Limoeiro aparece então como uma das “Cidades dos bordados”: “Para se falar em bordado manual no Estado, tem que se começar por Limoeiro (a 74 km de Recife). Foi nesta cidade que, em 1951, a OSSI iniciou um trabalho junto à comunidade.” 45. Portanto, a assistência dessa obra social antecedeu as atividades da Cooperativa de Produção Artesanal e Industrial de Limoeiro Ltda. – COOPARMIL – pois esta só foi constituída oficialmente em 22 de outubro de 1964. (Vasconcelos, 2016, p. 42)

Neste trecho, a autora menciona que o bordado é o artesanato mais prevalente no município de Limoeiro. Além disso, destaca que, apesar da Cooperativa de Produção Artesanal e Industrial de Limoeiro (COOPARMIL) ter sido apontada como a principal impulsionadora dessa prática, na verdade, a Obra Social Santa Isabel (OSSI), desde a década de 1950, foi responsável por iniciar o trabalho na comunidade. Deste modo, percebemos que a tradição dos bordados não fez parte, exclusivamente, do município de Passira, no entanto, após sua emancipação, Passira a manteve até os dias atuais, adquirindo o título e destaque regional no ofício.

Já em um estudo etnográfico, realizado na década de 1990, por Maria Regina M. Batista e Silva, expõe o “bordado manual em Passira como uma ocupação aproximada de mais de 5.000

peças, segundo pesquisa coordenada pela Cooperativa de Bordadeiras de Passira, no ano de 1986” (Silva, 1995, p. 34). Um número considerado elevado se colocado em contraste com o número de habitantes do município que, no último censo, mostra a população passirensse com pouco menos de 29.000 mil habitantes.

Este mesmo estudo revela que o bordado foi, em muitos momentos, uma alternativa econômica quando havia declínio da produção de algodão, sendo essa uma alternativa para manter a renda familiar. O número de bordadeiras estava em torno de 5.000 (cinco mil) mulheres, que trabalhavam para ajudar na renda e sobrevivência da família. (Ibidem, p.103). Este dado é citado no estudo, como sendo originário da Cooperativa de Bordadeiras de Passira, que não menciona o sexo das pessoas incluídas neste número. Isso nos leva a outros questionamentos: Quem de fato são os sujeitos dessa prática? Somente mulheres praticavam essa atividade? Ou o ofício acaba por ser associado socialmente à figura feminina?

## 1.2 TODA MULHER PODE BORDAR, TODO HOMEM PODE?

Figura 4: Estátua da bordadeira na praça da Matriz em Passira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Autoria própria, 2019.

No centro urbano do município de Passira, a Rua da Matriz, como é conhecida a principal rua do centro da cidade, há uma igreja, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, e logo mais à frente, a principal praça da cidade, chamada de Sebastião de Oliveira Pinto, reinaugurada, em 23 de agosto de 2014, quando ganhou a construção da estátua da bordadeira (Figura 4). Desde então, passou a ser conhecida, popularmente, como “praça da bordadeira”. O

nome adotado substituiu sua verdadeira nomenclatura, aparecendo nos principais mapas da cidade e ferramentas de localização da *Web*.

Em uma reportagem feita pela Rede Globo Nordeste, para o programa Espaço Pernambuco, a estátua da bordadeira é considerada uma consagração das bordadeiras, já que, assim como é narrada no programa “nesta terra a bordadeira é rainha”. Percebemos que em Passira, a bordadeira é uma figura notada, consagrada e até laureada. Entretanto, a construção desse monumento, além de estar associado ao desejo de perpetuação da prática do bordado nesta região, como destacado por Le Goff (2003, p. 536), “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”, também nos mostra o modo como a atividade de bordar nessa localidade tem um estereótipo específico, atribuído ao sexo feminino. O que nos faz refletir também sobre os agentes dessa prática, somente mulheres bordam? Em Passira, existem homens bordadores?

No decorrer da pesquisa em relação à participação masculina na produção dos bordados, no município de Passira, tive a feliz surpresa de encontrar dois estudos acerca da temática. Em ambos os estudos, percebe-se que existe uma participação significativa da população masculina na produção dos bordados manuais, principalmente, pelo fato de ser uma atividade lucrativa economicamente. “Bordar foi o jeito dado pelas agricultoras de Passira para conseguir uma renda extra no fim do mês. Na entressafra, o bordado chega a ser a única forma de garantir o sustento da família”. (Queiroz *et al.*, 2009, p. 2 - 3).

As autoras ainda detalham uma pesquisa realizada entre os habitantes:

A terceira pergunta versava se o bordado era considerado um trabalho puramente feminino. As respostas foram: 92,85% (13) responderam que não e só 7,15% (1) que sim. Assim, diante de uma situação econômica, todos colaboram com a renda familiar, sem que haja discriminação na atividade desenvolvida pelos homens. (Queiroz *et al.*, 2009, p. 02).

No entanto, é possível notar que, apesar de não assumir que exista um preconceito ligado à atividade do bordar, como foi exposto no estudo, poucos homens estão ligados à atividade ou a fazem em público. Isso demonstra os pré-conceitos atrelados ao “isso é coisa de mulher”, trazendo à tona discursos que definem a mulher como dona de casa e homem, o responsável pelo “trabalho pesado”.

Um fato observado pelas pesquisadoras foi a dificuldade de encontrar um homem realizando a atividade de bordar em lugares públicos, tal como foi encontrado largamente pelas mulheres. “(...) De acordo com as mulheres, eles têm vergonha e normalmente ficam na parte interna da casa, sem serem percebidos pelos visitantes que adentram nos boxes”. (Ibid, p. 02).

Outro estudo também destaca o comportamento dos homens em preferir realizar bordados dentro de casa, devido à vergonha de o praticar em público, como relatado pelas bordadeiras aos pesquisadores, reforçando o que foi falado no parágrafo anterior sobre a naturalização do bordado ser uma atividade feminina:

Ao chegar à cidade de Passira, visualizamos vários grupos de mulheres sentadas em frente de suas casas com seu material nas mãos e executando seus bordados. Momento este de trabalho, lazer e terapia grupal. Porém, como nosso objeto de estudo são os homens no bordado, verificamos a ausência deles nestes grupos. Verificamos que o local preferido para o homem realizar seu trabalho artesanal é dentro do quarto, pois eles têm vergonha e timidez de fazê-lo em público. (Queiroz, 2009, p. 6-7).

Deste modo, observamos que, apesar de ser tão destacada pela comunidade local, não são somente as mulheres, bordadeiras, as produtoras dessa prática, e que, mesmo não sendo tão expostos, existem homens bordadores que contribuem para produção desta prática. Tais fatos colaboram para justificar e explicar o questionamento levantado anteriormente (Quem são os sujeitos desta prática?). Pelos estudos recentes, apresentados aqui, é possível ver que também existem bordadores, apesar de preferirem não serem identificados. Resta-nos entender que a história repercute nos dias atuais. Contudo, é necessário e válido aprofundar-se na discussão para reaver quais os sujeitos envolvidos na prática de bordar nos tempos passados.

Embarcando no contexto internacional, foi realizado um estudo pelo antropólogo francês Jean-Yves Durand, que tinha como objetivo, fazer uma análise detalhada sobre a produção dos lenços dos namorados na região norte de Portugal, compreendendo uma área com 24 cidades, conhecida como região do Minho, famosa pela produção de bordado à mão. Os lenços dos namorados é uma tradição da região que “para os estudiosos do tema, sua antiguidade remonta aos séculos XVII e XVIII” (Favaro, 2011. p. 159). Nela, esses lenços “carregados de simbolismo, são bordados pelas raparigas quase sempre a ponto de cruz, e significavam uma prova de afecto pelo rapaz com que namoravam”. (Silva, 2006, p. 24). Além disso, “os lenços serviam também como pretexto para os rapazes meterem conversa com as raparigas. Brincavam com elas, puxando-lhes os lenços, chegando, por vezes, a roubar-lhos para as provocar”. (Ibid, p.38.).

A partir disso, Durand, em seu estudo, tece algumas análises e observações no que diz respeito a mulheres e homens, e como foram traduzidas suas relações na atividade de bordar. Assim, o que é percebido é o fato da atividade de bordar ser associada à figura feminina

Como é óbvio, não é nenhuma novidade, todas as culturas atribuem preferencialmente, ou mesmo obrigatoriamente, certas actividades a um sexo. Não cabe aqui analisar as razões desta repartição, nem os critérios que regem a sua variabilidade ao longo do tempo, entre as culturas e entre os grupos sociais, assuntos sobre os quais existe um sem fim de investigação em ciências sociais. O que é certo é que, no que diz respeito ao bordar, no mundo ocidental estamos hoje em dia nitidamente na esfera feminina. (Favaro, 2011. p. 159).



Já na obra *Pontos e bordados: Escritos de história e política*, o cientista político e historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, ao fazer um ensaio acerca dos bordados produzidos por João Cândido, faz a seguinte observação:

João Cândido sabia bordar e sem dúvidas aprendera a arte em sua vida de marinheiro. Teria parado de bordar ao sair da Marinha? Por que não mencionou esta habilidade nas inúmeras entrevistas que deu? A única explicação que me ocorre é que escondeu o fato devido ao preconceito social. Na época, bordar era coisa de mulher. O interiorano Antônio Guerra não seria o único a estranhar o fato de ver um homem bordando. A maioria das pessoas na época teriam tido a mesma reação. A estranheza seria maior ainda em se tratando de um suposto machão, herói de uma revolta audaciosa (De Carvalho, 1998. p. 23).

Nota-se que, em ambos os estudos, apesar de se tratarem de diferentes sociedades e contextos diversificados, a atividade de bordar socialmente está essencialmente destinada à “natureza feminina”. Isso, talvez, possa explicar o motivo de ser difícil encontrar pessoas do sexo masculino que mostrem a habilidade de bordar publicamente em Passira, apesar de gostar e assumir não ter algum tipo de preconceito com a arte. Assim, percebemos que, além de mulheres, os homens também são agentes no processo de produção do bordado local, no entanto, estão condicionados a “aparecem menos” por uma convenção social imposta e que foi historicamente construída.

### 1.3 COMO A PRÁTICA DO BORDADO MANUAL PODE SER CARACTERIZADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Durante o período da graduação, estudando acerca do patrimônio cultural, foi possível assimilar que, em Passira, o bordado sempre fez parte de todas as esferas de quem vive no município. Isso é sempre reforçado, quando fora da cidade, se perguntam de onde veio um habitante de Passira, a resposta é: “da terra do bordado”. O bordado, em Passira, recebe um grande destaque pela população e pela prefeitura, pois tem evento, tem centro comercial, tem praças, está nos logos, está nos versos e cordéis que se referem e representam a cidade. Contudo, apesar da importância e destaque direcionados ao bordado de Passira, ele não é registrado enquanto patrimônio cultural. Desse modo, desenvolvi um estudo que possibilite a caracterização desse bem como patrimônio cultural, já que o mesmo é considerado pela comunidade, mesmo não existindo registros que o torne um patrimônio cultural legalmente.

Todavia, antes de qualificar a prática do bordado, em Passira, como patrimônio cultural, é preciso explorar o conceito de patrimônio cultural, o que viria a ser um patrimônio cultural e quais atributos podem ser utilizados para definir algo como um patrimônio cultural.

### 1.3.1 Patrimônio Cultural

O conceito de patrimônio cultural está relacionado a uma atividade de investigação histórica. Isso porque o que é considerado patrimônio cultural, nos dias atuais, passou por um processo historicamente construído que começa ainda durante a idade moderna junto ao desenvolvimento dos estados modernos, “quando monumentos do passado passaram a ser símbolos do que se desejava preservar. Na França, por exemplo, as primeiras medidas de proteção ao patrimônio pelo Estado apareceram no fim do século XVIII”. (Vogt, 2009, p. 15). Para Sandra C. A. Pelegrini e Pedro Paulo A. Funari, o patrimônio cultural ainda, no século XVIII, associou-se com a nação, “com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão”. (Pelegrini, 2017. p. 28).

No Brasil, o primeiro órgão responsável pela salvaguarda e preservação do patrimônio cultural surgiu durante o Estado Novo, no ano de 1937, denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ele surgiu como um “veículo da construção da identidade nacional, para ‘abrasileirar’ os brasileiros, valorizando temas, objetos e construções nacionais”. Em 1970, durante o período de Ditadura Militar, veio a se tornar Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[...] isso, implicou da mesma forma, em mudanças nas políticas de preservação adotadas pelo órgão. O que antes se entendia por patrimônio cultural, elementos que funcionassem como chave para o resgate de memórias nacionais, agora, entendia-se do mesmo modo, não somente esses, mas elementos que fossem capazes de identificar pequenas comunidades ou grupos, valorizando a multiplicidade de elementos por meio dos quais a identidade cultural brasileira é constituída. (Albuquerque, 2019.p. 02).

Após isso, com a Constituição Federal de 1988, artigo 216, foi incorporado o reconhecimento de patrimônios culturais materiais e imateriais, favorecendo o reconhecimento de práticas culturais que remetem à história de um povo e são importantes para manter a cultura e preservar o conhecimento histórico. Tal regulação segue inalterada até os dias atuais.

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

**I** - as formas de expressão;

**II** - os modos de criar, fazer e viver;

**III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

**IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

**V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Outro marco legal importante, trata-se do Decreto-Lei nº25/37. Este estabelece, principalmente, as medidas de tombamento e salvaguarda do patrimônio cultural do país. Além da definição já exposta na Constituição, o IPHAN também se apropria da caracterização dada ao patrimônio cultural feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que, no ano de 1972, com a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, considerava, enquanto patrimônio cultural, *somente* os monumentos, conjuntos e locais de interesse. Já no que tange ao patrimônio natural, foram considerados monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, e os locais de interesse naturais. Durante a Convenção de 1972 (Ministério da Cultura, 1972), o documento não menciona nem caracteriza o patrimônio cultural imaterial, modalidade a qual o Bordado Manual de Passira se enquadra.

### 1.3.2 O que é Patrimônio Cultural Imaterial?

Para responder esse questionamento, vamos recorrer ao texto já mencionado no decurso deste trabalho de Sandra C. A. Pelegrini e Pedro Paulo Funari, as colaborações de Olgário Paulo Vogt e a carta da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial assentada pela Unesco em 2003, que é também o documento utilizado pelo IPHAN para caracterizar o patrimônio cultural imaterial.

Não se pode, no entanto, esquecer que um importante marco para a ampliação do conceito de patrimônio cultural foi a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida em 1985, no México. Nela, reconhece-se que:

No seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (IPHAN, 1985, p.01).

Isso proporcionou mudanças em como a UNESCO entendia o que era importante para ser considerado patrimônio cultural. Passando a compreender também aspectos intangíveis, como importantes para a caracterização de uma sociedade ou grupo social. Logo, no ano de 2003, a UNESCO foi responsável pela organização da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, considerando a importância da salvaguarda desses bens em decorrência de fenômenos, como a globalização, que, “ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos” (UNESCO, 2003, p.03). Sobre a globalização e seu impacto sobre as diferentes culturas, Vogt (2009, p. 28) também observa: “no mundo globalizado, como as sociedades precisam de uma ancoragem temporal e espacial”.

Por conseguinte, a Convenção ocorrida em Paris no ano de 2003, foi um importante início para o reconhecimento e valorização de marcos culturais imateriais em todo o mundo, indo além dos monumentos e objetos físicos para abranger práticas, tradições, expressões orais, rituais e conhecimentos. A convenção se preocupou em descrever o que poderia ser considerado como patrimônio cultural imaterial:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003,p.04).

Desse modo, os bordados produzidos em Passira, como uma prática que é perpassada de uma geração a outra e que particulariza a identidade do grupo que os produz, pode ser entendido como um bem cultural imaterial. A população passirense, além da construção de um sentimento de identificação com o bordado, dispõe hoje de um acervo de “lugares de memória”, expressão forjada por Pierre Nora, para remontar a intrínseca relação desse grupo social com a prática manual do bordado. Pierre Nora considera como “lugares de memória”:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas. (Nora, 1993. p. 13).

Baseado nesse conceito, o texto seguinte propõe uma exposição sobre esses lugares de memória construídos no município, que, em sua grande maioria, parecem ter sido criados de forma proposital para evocar esse sentimento de identificação e pertencimento do bem ao município de Passira.

### 1.3.3 O Bordado como bem cultural para Passira

Figura 5: Registro de placa de entrada da cidade de Passira na década de 80.



Fonte: Vasconcelos, 2016.

A fotografia acima, registrada na década de 80, mostra como, desde muito cedo, o povo passirense começa a “construir” os lugares de memória ligados à prática de bordado manual. Em diferentes locais, percebemos que existe uma construção intencional desse título, a exemplo disso, citamos o estudo de Isabella Vasconcelos, em que menciona o processo de construção do slogan “terra do bordado manual”:

Mesmo não sendo o único município de Pernambuco que produz o bordado manual [...] Passira figura como a “principal produtora de artesanato utilitário bordado à mão no Estado. Ainda sim, entre ser a “principal produtora de bordado manual e ser a “Terra do Bordado Manual”, existe um caminho que deve ser percorrido, uma sucessão de eventos, que , juntos, transformaram essa vocação artesanal em um bem cultural[...] Edelço teve uma influência direta do ex-governador do Estado de Pernambuco, e do então deputado federal Miguel Arraes, que o estimulou a fomentar a atividade do bordado na cidade contado que “em Paris, mulheres como aquelas [de Passira] eram mão de obra para a fabricação de luvas com aplicação de bordados, vendidas a altos preços, e feitas em casas simples. (Vasconcelos, 2016, p. 48).

Edelço Gomes da Silva, mencionado no texto, se trata do prefeito de Passira, entre os anos de 1983-1988 e 1993-1996, que, segundo a autora, teria tido um papel primordial na fomentação dessa atividade no local. Ademais, existem outros relatos que expõe o incentivo dele ao bordado no município:

No entanto, a repercussão na imprensa nacional e a afluência de novos cliente só começaram quando o governo municipal assumiu o compromisso de desenvolver o bordado como ativo econômico importante para a região, durante o primeiro mandato de Edelço Gomes da Silva como prefeito [...] a prefeitura realizou, numa iniciativa em conjunto com a bordadeira e funcionária municipal Maria Ignês Costa Santana, diversas ações em prol do aperfeiçoamento técnico das bordadeiras, e sua legalização enquanto pessoa jurídica e da aquisição de financiamentos. Desse diálogo nasceram a Feira do Bordado Manual” (Franco, 2017, p. 07).

Apesar disso, como menciona Isabella Vasconcelos, existiu uma junção de vários fatores (sociais, políticos, culturais, econômicos) para que a “terra do bordado manual” fosse

construída, ou seja, não somente econômicos e políticos. Atualmente, a população passirense parece ter incorporado os esforços que foram forjados na década de 1980 e assume o bordado como um patrimônio cultural de uma forma genuína e a antiga placa (fotografia 5), apesar de já não mais existir, dá lugar a outros elementos que legitimam a identificação com esse bem cultural, como o pórtico construído no ano de 2023, na entrada da área urbana de Passira.

Figura 6: Portal de entrada da cidade de Passira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 7: Portal de entrada da cidade de Passira, Pernambuco, Brasil, evidenciando a frase “Terra do bordado manual e do milho”.



Fonte: Autoria própria, 2023.

No portal, percebemos que existem figuras que fazem alusão ao bordado, além do slogan colocado logo abaixo do nome da cidade. Além desses, o município de Passira expõe uma coleção de espaços que remetem à sua ligação com o bordado. No decurso dessa pesquisa,

lembrei uma curiosidade pessoal ligada a um dos locais espalhados pelo município que remete a sua relação com o bordado.

Situada no sítio tamanduá, existe uma antiga construção, com uma pintura desgastada, mas ainda visível, em que um letreiro que sempre me foi observado nas idas e vindas do trabalho causava curiosidade. Neste, a sigla (ASBOT) e logo a abaixo “Associação das Bordadeiras de Tamanduá” fica bem ostensível para quem passa no local. A única menção encontrada relacionada à ASBOT foi encontrada em um estudo etnográfico. Neste, existe a seguinte informação:

Por outro lado, em Tamanduá foi criada a ASBOT — Associação das Bordadeiras de Tamanduá —, com a sua orientação e a participação da Sociedade Beneficente de Tamanduá.[...] No momento a ASBOT, está inativa, o que provocou uma mudança na situação das bordadeiras da localidade, que passaram a trabalhar para intermediários ou para a cooperativa de Passira. (Silva, 1995, p. 94).

Figura 8: Associação das Bordadeiras de Tamanduá, zona rural de Passira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Assim, datada em 1995 a publicação do estudo, percebemos que o funcionamento desse local não existe, desde a década de 1990. No entanto, se alguns espaços estão sendo perdidos, outros foram construídos. No ano de 2019, quando desenvolvi a minha primeira pesquisa acerca do bordado manual em Passira, mencionei a construção do Centro Cultural e Comercial do Bordado Manual, em 2008, que, logo após a exposição do estudo desenvolvido, tornou-se de modo temporário um hospital de campanha destinado ao atendimento de pessoas que contraíram a Covid-19 (Figura 9).

Figura 9: Notícia da construção de hospital de campanha para atender pessoas que contraíram a covid-19.

## Passira monta hospital de campanha com 14 leitos

Rafael Santos

13/04/2020 10:06



O município de Passira terá um hospital de campanha por conta da pandemia do novo coronavírus. A secretária municipal de Saúde, Gyna Karine, disse em entrevista à Rádio Jornal Limoeiro que a estrutura hospitalar está sendo montada no Centro Comercial e Cultural do Bordado de Passira, que fica às margens da Rodovia PE-95. Serão 14 leitos de retaguarda para receber possíveis passantes: vítimas da Covid-19. Atualmente, o município tem um caso positivo.

Fonte: Giro Mata Norte

Figura 10: Centro Comercial e cultural do bordado de Passira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Hoje, destinado principalmente à exposição para a venda do bordado produzido no município, o Centro Cultural e Comercial do Bordado também tem como sede algumas secretarias municipais, como é o caso da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Turismo e Esportes, instalada no local, desde o ano de 2021.

Contudo, nota-se que o bordado em Passira incorporou, em várias esferas do cotidiano, que, estar em Passira, é ser envolvido pelos vários emblemas, símbolos, espaços, que foram criados para rememorar o bordado e sua importância para a comunidade local que, desde muito cedo, também entendeu que a prática de bordar, além de ter um grande potencial econômico, também poderia ser tornar um elemento de atração turística. Assim, com tantos esforços,



acabaram criando uma atmosfera em que se torna inseparável o nome do município e a prática de bordar.

Entretanto o exercício do bordado, apesar de ter atravessado as barreiras do tempo e ser transmitido de geração para geração, enfrenta os desafios da atualidade, como o baixo índice de interesse na aprendizagem do saber, devido, principalmente, ao fato de não ser tão rentável economicamente. A dedicação integral à essa prática também quase não existe, ficando somente para as gerações mais antigas.

A partir disso, percebemos o quanto se torna relevante a abordagem da educação patrimonial e da história local no ambiente escolar dentro da própria comunidade. Não apenas para aproximação do sujeito com a própria história, mas para que ele seja capaz de compreender e difundir a importância da conservação do bem que identifica e distingue o grupo social ao qual ele pertence.

## 2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL E NO MUNDO

Ao se retratar da educação patrimonial, é preciso entender a complexidade histórica que envolve cada tipo de patrimônio cultural. É preciso também considerar a cultura e a preservação dos bens que são representativos de uma memória coletiva. A preservação do patrimônio vem desde os finais do século XVII, quando a Europa passou a reconhecer símbolos construídos que representavam a nação, como os monumentos históricos, ou qualquer que fosse testemunho da história, ou uma obra de arte, (Pereira, 2013). Com isso, surge a ideia de preservação desses bens históricos, promovendo o conhecimento sobre esse processo de manter as estruturas, reconhecer e disseminar para outras gerações, garantindo ideologias que fossem ligadas à história e ao poder público, que, por sua vez, decidia o que seria considerado patrimônio ou não.

No Brasil, a lógica ainda segue mais ou menos o mesmo raciocínio, onde patrimônios são legitimados e reconhecidos por entidades públicas. No desenrolar da história, o conceito foi se ampliando, com a criação de museus, monumentos e outras instituições de memória. Em 1818, por exemplo, foi criado o Museu Real, após dez anos da chegada da família real no Brasil, hoje, chamado de Museu Nacional do Rio de Janeiro. Onde se construiu e manteve a história do país, e que recebeu diversas influências inglesas (que, na época, dominava Portugal), como o cientificismo, (Dantas, 2008).

Após isso, diversos outros ambientes que abrigavam patrimônios nacionais foram criados, como o Museu Paulista, ou também conhecido como Museu Ipiranga, em São Paulo; O Museu Júlio Castilhos, no Rio grande do Sul; e o Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará, (Silva, 2018; Faria, 2017). Tais elementos foram se configurando e tornando-se, aos poucos, brasileiros, fato que se efetivou com a Semana de Arte Moderna, que perdurou entre 1922 e 1930, (Matias, 2020). Ainda no ano de 1922, criou-se o Museu Histórico Nacional, que detinha a inspetoria dos monumentos nacionais, a qual se destacava pela preservação de ícones e bens que figuravam a nacionalidade brasileira. No governo de Getúlio Vargas, foi criado o SPHAN, hoje conhecido IPHAN, que surgiu, inicialmente, com o intuito de proteger legalmente patrimônios por meio do tombamento de imóveis e móveis considerados patrimônios históricos e artísticos da nação, seguindo os padrões ideológicos e culturais.

Desde esses processos históricos, com a legitimação do IPHAN, o conceito antropológico de patrimônio passou a incluir não somente estruturas ornamentais, mas também saberes, fazeres, expressões, práticas e produções de diferentes culturas e grupos sociais que compunham a nação brasileira. Essa nova perspectiva traz para a educação diversas

contribuições, dentre elas, a valorização da diversidade cultural. A qual deixa de incluir apenas bens materiais construídos a partir de influências europeias, e passa a inserir também patrimônios que foram construídos e criados a partir de afro-brasileiros e indígenas, seguindo por um caminho um pouco diferente do colonialista, e trazendo à tona culturas que foram deslocadas para o esquecimento, que acontece progressivamente ao longo dos anos e das gerações, (Paes-luchiari, 2010).

Paul Ricoeur (2007) traz um termo que remonta toda a história, e resume bem o reconhecimento do patrimônio cultural e a educação patrimonial no Brasil, por um longo período: a memória manipulada. Isso acontece quando as entidades detentoras do poder selecionam memórias específicas de forma estratégica, guiando a memória de um povo para determinado artifício, e, em contrapartida, outras coisas não menos importantes são esquecidas por não receberem o reconhecimento devido. O autor ainda reforça que a memória traz para o povo a reivindicação de identidade, porém, quando se esquece uma memória identitária, essa reivindicação não acontece.

O patrimônio cultural se dá a partir de símbolos, que remetem a memórias ideológicas e assim fortalecem a identidade de culturas ideológicas, que são lembrados a partir dos símbolos e que são baseados em poderes. Esses símbolos e identidades, surgem de um contexto histórico baseado em conflitos e guerras, que hoje mantém uma relação de “herança da violência Fundadora”, como mencionado por Ricoeur (2007). Tais lembranças coletivas são vistas como fragilidades, que acabam estimulando um mau uso da memória, que causa manipulação e reinvidicações identitárias de expressões.

A educação patrimonial atual inclui a abordagem dessa perspectiva história, reconhecendo os processos e entendendo que a história se molda diariamente, que o presente é resultado consequente do passado, e que o futuro ainda será resultado do passado e do presente. Esse tipo de concepção promove a formação de identidades mais resistentes, a partir da formação de comunas ou comunidades, que induzem ao questionamento e à crítica do que é patrimônio hoje, frente a práticas, ainda presentes, de opressão e estigmatização, (Castells, 2008).

No ato da educação patrimonial, é importante ter em mente três conceitos importantes: a educação formal, educação não formal e educação informal. A educação formal é aquela organizada, que segue diretrizes tradicionais de educação e acontece dentro do espaço formal da escola; a não formal se expande além dos muros da escola, mas que também envolve um conhecimento guiado, como a visitação a museus, práticas em praças, parques e zoológicos; a informal não é organizada e acontece ao longo de toda, é o conhecimento adquirido com as

peessoas ao redor, como pais, irmãos e amigos. Na educação patrimonial, esses conceitos se cruzam, pois, considera o conhecimento adquirido no espaço escolar, nos ambientes educativos, além das escolas, e o conhecimento aprendido e construído na e com a comunidade.

Ao fazer uma análise dos patrimônios nacionais, os tombamentos se referem, em sua grande parte, a monumentos e memórias relacionadas às construções militares, igrejas, engenhos e casarões, demonstrando que, por muito tempo, ocorreu a preservação de uma memória manipulada, que expressa o domínio e permanência de uma classe elitizada na história do Brasil, como sendo vestígios de um país ainda escravocrata e colonial: “Nossa memória é cravada por imagens de fortalezas militares, Casas de Câmara e cadeia, igrejas católicas, fazendas e engenhos, denotando que os personagens da memória nacional são as elites políticas, militares, religiosas e econômicas”. (Scifoni, 2012, p. 34).

A partir disso, surgem diversos questionamentos sobre a educação patrimonial, pois não é comum vermos ou discutirmos dentro do patrimônio, práticas relacionadas aos trabalhadores rurais e urbanos, operários, agricultores, vendedores ou feirantes. Considerando que esse grupo é a maioria da população brasileira, subentende-se que a valorização do patrimônio cultural é, em grande parte das vezes, hierárquica, que põe em destaque quem detém maior capital. A educação, precisa levar essas discussões no que diz respeito aos patrimônios nacionais.

É necessário entender que o conceito e entendimento de patrimônio cultural mudou e hoje envolve várias manifestações e bens materiais e imateriais de diversos grupos e segmentos sociais. Contudo, tanto o reconhecimento quanto a educação patrimonial não acompanharam o ritmo dessa mudança. Algo que precisa também estar em aceleração, pois, diversas práticas, saberes e culturas têm se perdido ao longo do tempo, fato que no futuro serão esquecidas e apagadas.

Assim, a educação patrimonial vem não somente para ensinar e desenvolver nos estudantes o protagonismo, mas para que também possam reconhecer a cultura que os cerca e quais são os bens próximos, bem como, que entendam a importância de cada uma dessas coisas para a história e memória do seu território. Contribuindo para uma educação que deixe de se basear apenas na reprodução de informações que colocam o estudante como um indivíduo passivo do conhecimento. Nessa perspectiva, o próprio IPHAN traz propostas de estratégias didáticas que promovem a mudança desse método de ensino instrutivo e dialógico, para que o sujeito da aprendizagem seja ativo. Dessa forma, o IPHAN possui uma Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), que se dedica em especial à educação patrimonial, trazendo

discussões e compreensões sócio-históricas das manifestações culturais. É importante notar que:

Compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa pressupõe uma visão de educação socioconstrutivista, em que a mediação se dá para apropriação do conhecimento e, no processo de apropriação do patrimônio cultural, leva-se em conta o reconhecimento da existência dos saberes locais e o olhar da vivência das comunidades. Nesse sentido, a educação patrimonial não é tomada apenas com a finalidade de conhecer o patrimônio para poder preservá-lo. Vai além do conhecer. Reflete sobre esse patrimônio e os processos seletivos em que foram conformados, buscando transformar uma determinada realidade, de modo que o patrimônio cultural seja de fato a herança da diversidade cultural e dos diferentes grupos formadores da sociedade. (Tolentino, 2019, p.146).

À princípio, a educação patrimonial precisa acontecer a partir da realidade do estudante, entendendo o que é patrimônio cultural na sua comunidade ou cidade, e, só assim, expandir para entender e discutir o patrimônio do outro, compreendendo as relações, os processos históricos, a forma que se construíram e como aquilo pode influenciar no seu modo de viver ou como isso afetou seus antepassados. Podendo ter, a partir disso, compreensão sobre o que lhes pertence e o que pertence ao outro, associando a diversidade de saberes e de processos pelos quais cada coletividade passou.

A educação patrimonial, além do senso crítico, e entendimento de quem é cada um, a partir da história, busca fomentar nos estudantes também qual o seu papel diante do patrimônio cultural. Questionar-se quais as lacunas e como atuar em sociedade, a fim de minimizar conflitos sociais, preservar a história, a cultura, e promover o reconhecimento do que pertence as pessoas daquela comunidade. Além disso, entender que o Estado também tem o papel de preservação e que juntos podem atuar em prol da manutenção e preservação daquela memória. Dessa forma, ocorre a formação crítica do cidadão, melhor entendimento de sua identidade e memória.

Educação patrimonial, torna o cidadão defensor da sua própria memória. Muitos bens de valor patrimonial são esquecidos pelo poder público e se desgastam com o tempo, sendo vítimas da erosão. Com isso, não se vê outra solução a não ser demolir e construir novas e modernas estruturas. Contudo, quando a população reconhece o valor cultural de determinado patrimônio, eles reivindicam até atitudes dos órgãos de preservação, como destaca Scifoni (2019). A autora traz uma discussão de formas como a população tem se manifestado para defender a memória da sua comunidade, como a utilização de sites, blogs, campanhas, redes sociais, abaixo-assinados, matérias jornalísticas. Além disso, a educação patrimonial tem-se feito presente tanto nos documentos oficiais como também em provas de vestibulares, Exame Nacional do Ensino Médio e livros didáticos, e tem aumentado a força na perspectiva do reconhecimento e conservação.

Apesar dos avanços e reconhecimentos dos patrimônios culturais, no Brasil, a educação patrimonial é incipiente. Hoje, as escolas e instituições educativas reconhecem a importância dos museus, inclusive as visitas em museus têm se tornado parte das estratégias de ensino nas escolas, porém, cabe esclarecer que a educação patrimonial não se limita a isso. Na verdade, isso é uma porcentagem pequena do que a educação patrimonial representa. Também podem ser incluídos nesta agenda de visitas, os órgãos de preservação, secretarias de educação e cultura, instituições arqueológicas, movimentos populares, organizações da sociedade civil, lugares de importância local etc., (Sobral, 2023).

Uma das problemáticas associadas à educação patrimonial é a persistência dos métodos de ensino tradicionais e a falta de tempo destinada para as ações educativas em espaços não formais de educação. Assim, a existência de um espaço ou unidade para se trabalhar as diferentes questões relacionadas à educação patrimonial se faz preciso, para que, apesar das divergências, haja um espaço em comum. Scifoni (2022) explica que essa fragmentação surgiu a partir de 1980, devido à forma como o termo educação patrimonial surgiu e como foi propagado. Após isso, o Guia Básico de Educação Patrimonial foi lançado pelo IPHAN, trazendo indicações de como deve ocorrer a educação patrimonial, envolvendo memória e herança cultural, dentro de espaços formais e não formais de educação.

Ainda de acordo com Scifoni (2017, p. 7), o termo “conhecer para preservar”: “Transposta para a realidade atual, tal noção apresenta-se como ingênua e despolitizadora do debate em educação patrimonial”. A autora discorda desse termo, pois, segundo ela é uma repetição acrítica de ideias do passado que não se adequam mais a realidade contemporânea e que impedem avanços na área. Ela discorre que o patrimônio cultural, agora, também está presente nos meios de comunicação e nos programas educativos, e também se tornou objeto de reivindicação social, assim, a ênfase no conhecer para preservar não deve ser mais o eixo central da discussão.

Um outro ponto levantado sobre isso, é que a autora parte do pressuposto de que o povo não conhece seu patrimônio cultural, culpabilizando a comunidade pelos problemas relacionados à manutenção dessa memória, e que não explora de forma fidedigna os verdadeiros problemas por trás da preservação do patrimônio cultural. Além disso, existem patrimônios físicos que são esquecidos e abandonados, não por falta de conhecimento, mas por fatores sociais, como econômicos, demonstrando que esses fatos precisam ser melhor investigados e colocados em pauta. Assim, o sujeito atuante que põe em xeque são, muitas vezes, entidades políticas e líderes políticos que, motivados pelo capitalismo e desconhecimento, acabam

colaborando para a destruição desses bens. Assim, o conhecer para preservar deve ser direcionado para os gestores públicos, especificamente os de patrimônio.

Dessa forma os profissionais de educação, precisam superar esse método de ensino, onde somente público-alvo “responsável” pela preservação da memória são apenas as pessoas daquele território. Além disso, direcionar a educação patrimonial para o seu valor histórico e não quantitativo, em uma abordagem comum, quando se trata de cultura, influenciada pelo mercado e negócios. Devido a isso, muitas instituições patrimoniais acabam dando maior ênfase ao que é atrativo, valorizando números, ao invés de considerar a história e a memória que há por trás, com uma linha de produção de conteúdos repetitivos e pouco dialógicos e criativos, (Scifoni, 2017).

O fato é que a existência de diversos programas, iniciativas, cartilhas, dentre outros, apesar de ampliar a participação dos cidadãos, não garante, na maioria dos casos, a efetivação do trabalho de Educação Patrimonial, uma vez que os professores podem ou não se utilizar dos programas e demais sugestões a eles apresentados. Nesse sentido, uma visita ao museu pode assumir apenas um caráter de passeio, mas, em outra via, pode também servir de base para a reflexão de diversos fatores do cotidiano da cidade, do país ou da comunidade. (Maltez et al., 2010, p. 46).

Harvey (1992), já trazia discussões acerca desse embate, enfatizando que o espetáculo e encenação se destacam em relação à lógica, o que torna o conteúdo superficial e vazio, (Harvey, 1992). No que se refere à educação patrimonial, o conteúdo deve ser valorizado e direcionado para o público alvo, para que seja passível de entendimento, e, assim, colaborar para uma aprendizagem significativa dos estudantes, sem a utilização de termos técnicos e direcionados ao valor simbólico, cultural e histórico.

Esse processo educativo não pode considerar uma educação mecânica, em que os estudantes aprendem conceitos prontos e acabados, sem a compreensão real. É preciso considerar os estudantes como sujeitos ativos, construindo uma compreensão a partir da realidade e experiência prática vivida, proporcionando aos estudantes uma compreensão do seu papel na cultura, história e mundo. Isso integra a aprendizagem ao contexto em que os discentes estão imersos, promovendo uma compreensão mais aprofundada e significativa dos conceitos relacionados ao patrimônio cultural.

Uma forma de refletir sobre o passado dos estudantes e trazer memórias sobre seu passado é por meio de fotografias, brinquedos e roupas antigas álbuns de figurinhas, coisas da sua infância ou que remetem a memórias de sua família, os objetos biográficos. Assim, é possível iniciar uma abordagem, trazendo à tona uma identidade individual, fazendo-os refletir sobre quem são como seres humanos, (Bosi, 2010). E aí então, esses objetos biográficos passam a ser ampliados em nível de cidade, adentrando em discussões mais abrangentes, trazendo

memórias coletivas e de diferentes fases da vida, retomando e reforçando memórias, colaborando para que elas não se percam nos processos de mudanças e de transformações dos espaços.

Ao discutir sobre a transformação dos espaços, em diversos países do mundo há um senso de preservação do patrimônio cultural, ao contrário do Brasil, que se desenvolve com uma visão capitalista das cidades, em que elas são vistas como mercados, do ponto de vista imobiliário, e não como ambientes coletivos que possuem diversas memórias. Mena (2014), traz o termo “urbicício” para descrever esse processo de desenvolvimento urbano e a destruição de bens patrimoniais por abandono, demolições e projetos estatais que prejudicam objetos tombados.

Acompanhando as mudanças sociais, as definições de patrimônio cultural e de educação patrimonial também vêm mudando, tornando-se mais adepto à realidade social de cada tempo e espaço. Antes, referenciava a estruturas físicas, como as igrejas ou monumentos, contudo, hoje, considera-se também bens e práticas culturais, como os patrimônios culturais tangíveis e intangíveis, ambientais, paisagísticos, vivos e naturais, ampliando o entendimento do que é patrimônio cultural. Uma tendência notável é a patrimonialização da diversidade, das diferenças, evidenciada pelas inclusões das categorias identitárias, como mulheres, negros, quilombolas e indígenas. Dentro dessas discussões, existem interesses diversos também, desde os sociais, econômicos, turísticos, aos políticos e jurídicos, (Pelegri, 2007).

As escolas, em certo ponto, acompanham essas mudanças, saindo do paradigma de apenas conservação patrimonial, para seleção, salvaguarda e promoção de processos de patrimonialização relacionadas às marcações socioculturais e comunitárias de suas cidades. Isso nos revela uma perspectiva conservadora em relação à estabilidade dos patrimônios culturais e históricos. Deve-se considerar, nas discussões, os motivos pelos quais o patrimônio deve ser preservado e protegido, levar em consideração quem ganha e quem perde, os “benefícios e malefícios” dessa deterioração, explorando as relações dialéticas entre coletividades, espaços urbanos e patrimonialização, dando desdobramentos essenciais para a educação e pesquisa patrimonial.

Antes, as narrativas sobre os patrimônios culturais nacionais eram legitimadas com base na narrativa do estado, por meio de poderes oficiais, onde havia a exclusão de comunidades marginalizadas, como negros, indígenas e mulheres. Na contemporaneidade, é possível perceber que há uma abertura para reconhecer e valorizar memórias, rompendo com essa tradição narrativa do outro, agora, dando voz a quem tem o conhecimento e reconhece os significados de suas memórias, histórias e identidades, (Couto, 2016).



Ainda nesse âmbito da educação patrimonial, François Dubet (2006) levanta o conceito de “experiências urbano-educativas”, ancorado na sociologia da experiência, propondo um instrumento para examinar as práticas contemporâneas. Tais experiências tecem reflexões sobre processos socioculturais pelos quais os atores sociais constroem suas identificações e pertencimentos, assim como suas realidades no meio urbano. Dessa forma, ao discutir sobre patrimônio e suas formas pedagógicas, indaga-se sobre a própria experiência dos participantes e sobre as configurações socioespaciais dos lugares onde vivem.

A educação patrimonial trouxe uma forma de pensar na pluralidade, de modo que possam ser utilizadas diversas práticas educativas, ressignificando, incorporando processos educativos não formais e reconhecendo ações inovadoras, que podem ser desenvolvidas por determinada comunidade e movimentos sociais. Isso inclui os princípios: autonomia dos sujeitos, respeitando a autonomia dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio cultural, valorizando a capacidade das comunidades definirem e interpretarem o que é significativo para elas em termos de patrimônio; dialogicidade, que está relacionado com a construção de conhecimento, a partir de múltiplos olhares, de forma colaborativa, incluindo membros das comunidades, atores sociais e especialistas; e participação social: reconhecendo que os membros da comunidade são os que melhor compreendem o significado e a memória daquilo para a cultura e história de seu povo, (Scifoni, 2022).

Como proposta para romper com os modelos tradicionais de ensino na educação patrimonial, é válido trazer uma das concepções de Paulo Freire que se refere ao processo de ensinar e aprender como sendo um mesmo ato, uma experiência total, também pedagógica, ética, estética e política. Dessa forma, romper com o modelo de ensino bancário e envolver um modelo de ensino mais participativo e reflexivo. Nesse contexto então, o ensinar e aprender estimula o estudante a produzir conteúdo sobre o seu próprio meio cultural, instigando a sua compreensão sobre identidade cultural e patrimonial.

O diálogo radical, conceito trabalhado por Paulo Freire, em que é discutido a relação de quem fala e quem ouve, gerando uma relação de respeito e busca pela compreensão de quem é o outro. Vale salientar que essa relação não exige aceitação, mas respeito pelas partes, além disso, é importante discorrer que as falas que colocam em incredibilidade os direitos humanos não devem ser toleradas, como discursos racistas, negacionistas, discriminatórios, xenofóbicos, LGBTfóbicos ou fascistas, (Demarchi, 2020).

Para descolonizar o que é patrimônio cultural, é preciso adotar práticas educativas que promovam a assunção da identidade cultural, transformando as pessoas em sujeitos ativos de seu patrimônio e memória. Uma abordagem inovadora nesse sentido é o Inventário

Participativo, uma proposta de ação educativa que representa uma mudança significativa na educação patrimonial. Esse inventário, criado em 2016, pelo IPHAN no Brasil, sendo essa uma proposta inovadora, onde a comunidade produz uma pesquisa autônoma sobre si mesma.

A partir de uma análise do patrimônio cultural brasileiro, percebeu-se que a partir de 1930, foram identificados como patrimônios da época, elementos relacionados à história dos vencedores, negligenciando completamente conquistas populares, tradições, construções e reformas populares. Isso se reflete também nos livros didáticos e de como a educação brasileira é vítima desse processo, incluindo apenas elementos de uma sociedade dominante. Assim, esquecido nas escolas e mantendo-se apenas nas manifestações culturais populares, (Medeiros, 2001).

O que define o reconhecimento do que é culturalmente relevante varia de acordo com os conceitos de cultura e relevância cultural, que são influenciados pela dinâmica história e pelas relações sociais, por isso, a necessidade de métodos que valorizem as diversas camadas da sociedade, incluindo manifestações materiais e imateriais que, muitas vezes, foram desconsideradas.

A interpretação do que é patrimônio cultural imaterial tem evoluído, assim como todo o contexto que envolve o patrimônio cultural, que tem evoluído a partir de representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, reconhecido pela UNESCO em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Dessa forma, o patrimônio cultural passa a ser além do que é físico, dos locais históricos, incluindo também tradições, saberes e modos de vida perpassados entre as gerações. Esse processo é dinâmico, por isso, acaba gerando identidade e continuidade, tal fato contribui para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Na educação patrimonial, esse reconhecimento pelo patrimônio imaterial traz uma contribuição significativa, pois diversas práticas culturais representam a comunidade, o território e os processos históricos. Destacar e preservar as práticas culturais e expressões artísticas e os conhecimentos transmitidos oralmente pelas comunidades não apenas enriquece a compreensão do patrimônio cultural, mas também promove uma abordagem mais inclusiva e participativa. Em contrapartida, no Brasil, a Resolução nº1 de 2006 do IPHAN reconhece o patrimônio cultural imaterial também como algo dinâmico e processual, dando ênfase no seu papel na identidade para grupos sociais e indivíduos.

Um exemplo de reconhecimento de patrimônio cultural imaterial é o tombamento do Ofício das baianas do Acarajé, como patrimônio imaterial brasileiro, em 2005. Dessa forma, o

reconhecimento não sobressai para o alimento apenas, mas também para o trabalho das mulheres, sendo representativo para a história dos negros e do processo colonial do Brasil, que, por muito tempo, foi negligenciada.

Apesar da relevância em tornar o patrimônio disponível para todos, as formas de fazer isso põe em jogo muitos interesses, especialmente os que envolvem a propriedade particular e os interesses políticos. O processo de tombamento do patrimônio coloca, por exemplo, limitações econômicas para os proprietários de certos bens, como os casarões localizados em cidades históricas tombadas etc. Entram em choque, nestes casos, os interesses públicos e privados, aqueles voltados para o uso público do patrimônio, pela apropriação deste como elemento da cultura, e, por outro lado, os interesses privados, que perseguem apenas as possibilidades de lucro com as propriedades, ou menos que isso, se relacionam com o poder que tem os proprietários de manter os imóveis em bom estado e as formas de o Estado auxiliar neste intento, já que, propriedade privada ou não, o patrimônio é responsabilidade compartilhada com o Estado. (Melo e Cardozo, 2015, p. 1070).

Independente da natureza do patrimônio cultural, material ou imaterial, ele é resultado da ação humana, que pode ser democratizado para a população. Um exemplo disso, como uma das estratégias, tem-se o turismo, que, por ser uma alternativa também de educação patrimonial, traz consigo diversos embates para sua preservação, exigindo estratégias cuidadosas para equilibrar a acessibilidade com a conservação, (Nascimento, 2009).

Hoje, há uma grande preocupação com o turismo devido aos atos de vandalismo, guerras e até os impactos negativos do turismo, pois, os danos ao patrimônio podem ser irreparáveis. Para que haja a proteção desses patrimônios, é preciso que haja políticas de preservação, mesmo que sendo de caráter político e ideológico a escolha do que e como preservar. Assim, a educação por meio do turismo está também sob a responsabilidade do estado e a pressão da sociedade civil, (Azevedo, 2014).

## 2.1 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Paulo Freire (1996) discorre que a educação é um processo humanizante, social, político, ética, histórico e cultural, já que a principal forma de tomar consciência do seu espaço é participando ativamente na história e na sociedade. Além disso, ele destaca que a realidade pode ser transformada a partir do momento que o indivíduo descobre que é modificável. A partir disso, refletimos o quanto a educação sobre patrimônio e cultura são importantes para a identidade de um povo.

O termo educação patrimonial foi descrito, pela primeira vez no Brasil, em 1983, em um seminário que ocorreu no Rio de Janeiro, que tinha por objetivo apresentar uma metodologia que associava a educação a práticas culturais com “o uso educacional dos museus e monumentos”, (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999). Já a Sociedade Artística Brasileira (2021)

diz que a Educação Patrimonial é uma das principais formas para a alfabetização cultural, já que expõe o indivíduo a situações que aumentam a sua compreensão sobre o mundo ao seu redor e sobre a trajetória social, cultural, histórica e temporal que o envolve.

No Brasil, o patrimônio cultural passou a ser valorizado durante o governo de Getúlio Vargas, trazendo ao país uma visão patriota, onde buscava reconhecer monumentos, edifícios e conquistas referentes a grupos elitistas (classes sociais dominantes, com maior poder aquisitivo). E de forma contrária, conquistas e bens populares, que não eram vistos dignos de ter esse reconhecimento.

Da mesma forma, podemos pensar a educação que, através do currículo, é delineado o que se deve aprender nas escolas e o que está nos materiais didáticos, sempre trazendo discussões e informações das classes dominantes, retratando um Brasil distante da realidade de muitos estudantes da época. Isso é algo que ainda acontece com recorrência, os livros didáticos em diversas situações retratam realidades diferentes da vivência dos estudantes que os utilizam.

A partir de diversos acontecimentos nacionais e internacionais, a forma de ver o patrimônio cultural foi ampliada, como o reconhecimento dos patrimônios imateriais, que trouxe também discussões sobre os patrimônios ignorados e esquecidos pelas classes dominantes, como as representações, saberes, expressões, celebrações, crenças e lugares culturais. Com o passar dos tempos, foi-se confirmando a necessidade e importância da educação patrimonial no ensino básico, em que, na constituição federal de 1988, iniciou-se o marco legislativo, definindo e direcionando para preservação do patrimônio (artigo 216), e a educação um meio que pode ser utilizado no reconhecimento, manutenção e preservação do patrimônio cultural. Isso aconteceu, por exemplo, a partir da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, UNESCO, em 17 de outubro de 2003 (UNESCO, 2003). Com isso, a diversidade cultural passou a ser mais valorizada, abrangendo, de forma mais fidedigna, as relações humanas, promovendo respeito às diferenças culturais. No Brasil, isso só veio acontecer em 2006, com a resolução nº1 de 3 de agosto, que definiu o conceito de patrimônio cultural imaterial, (IPHAN, 2006).

Partido do entendimento de que a educação patrimonial está inclusa em diversas áreas, de forma interseccional, ela vem estando presente nos projetos educacionais desde muitos anos atrás, como mostram os registros do IPHAN, desde da década de 1930, como estratégia de preservação patrimonial. Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural, ligado ao IPHAN. Esse tinha como princípio a transversalidade entre a educação e a preservação patrimonial, (Siviero, 2015). Em 1980, houve a criação do projeto Interação entre a educação

básica e os diferentes contextos culturais existentes no país, que buscava aproximar a educação da realidade cultural dos estudantes, através das artes, esportes, museus e locais marcados pela história, como recursos e estratégias que potencializavam a educação, (Dermashi, 2020).

Por conseguinte, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que define e embasa a educação Nacional, não menciona a educação patrimonial no ensino básico em seu arcabouço de artigos, (Brasil, 1996). Mas apesar disso, pontua a valorização da cultura no ensino, a divulgação, o respeito, a abordagem da cultura local, da diversidade cultural e da história dessas culturas. Ela garante aos estudantes uma educação com ensino diverso e de qualidade, e onde sua região, cultura e singularidades sejam valorizadas desde o ensino fundamental. Com isso, subentende-se que a cultura inclui também o patrimônio como sendo importante para entender as identidades, história e sociedade.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), o patrimônio cultural é incluindo dentro dos conhecimentos a serem abordados na educação infantil, de forma que sejam entrelaçados os conhecimentos e experiências dos estudantes, (Brasil, 2010). No nível médio, o patrimônio cultural aparece dentro dos eixos tecnológicos, em uma perspectiva de proteção; além disso é enfatizado como é importante para entender e valorizar a história cultural que se construiu a partir dos povos originários no Brasil e a forma em que se deu em cada região do país, com a chegada de colonizadores e escravizados, caracterizando também como o que chamamos hoje de patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro.

Dessa forma, as DCNs trazem a educação patrimonial como uma estratégia de preservá-lo, difundi-lo e uma ferramenta para o combate ao racismo e discriminações. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica também envolvem a educação patrimonial nas escolas, onde discute sobre a valorização, preservação e compreensão do patrimônio histórico-cultural das sociedades, segundo os princípios de igualdade, equidade e diversidade educacional, (Brasil, 2018).

Outro documento importante para a educação básica, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sua primeira versão foi publicada em 16 de setembro de 2015, a partir daí, houveram mobilizações para se discutir e uma segunda versão foi criada e disponibilizada em 3 de maio de 2016. A versão atual, a terceira, é a mais recente que foi sendo discutida e melhorada a partir de agosto de 2016 e foi entregue ao Conselho Nacional de Educação, em abril de 2017, homologada em dezembro do mesmo ano pelo ministro da educação e passou a ser implementada em 2018. A BNCC estabelece os conhecimentos, competências e habilidades, os quais os estudantes precisam desenvolver durante a educação básica.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais, (Brasil, BNCC, 2018, p.15).

O patrimônio cultural, material e imaterial é citado dentro das competências e habilidades específicas para o ensino de linguagens, educação física no ensino fundamental. Nesse ponto, o estudante deve ser capaz de reconhecer, usufruir e respeitar o patrimônio, especificamente no que se refere às linguagens, artes e culturas, salientando que as línguas e culturas brasileiras foram e são, historicamente, construídas em uma grande diversidade de povos e culturas e em diferentes épocas. Além disso, o estudante deve experimentar e vivenciar jogos e brincadeiras populares no território brasileiro e mundial, sejam elas de matriz africana ou indígenas, reforçando a história cultural através de diferentes formas.

Em geografia, a BNCC aponta a importância da identificação do patrimônio histórico e cultural local, ao redor da escola e comunidade, no intuito de identificar também problemas sociais e ambientais em conjunto, estimulando a crítica e o provocando o senso de resolução de problemas, utilizando diferentes recursos, inclusive tecnológicos. Já no componente curricular de história, o patrimônio cultural é discutido em uma perspectiva de entendimento do povo que constitui a cidade, suas origens e processos que resultaram na identidade daquele povo ao longo do tempo no território:

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos. (Brasil, BNCC, 2018, p. 404)

A partir do mencionado, é possível perceber a preocupação da singularidade de cada povo, os quais passaram por processos culturais, sociais e políticos distintos, que são marcados na história através das linguagens e culturas. Além disso, a BNCC destaca dentro das habilidades do componente curricular de história no ensino fundamental, a elaboração de inventários sobre patrimônios materiais e imateriais, como forma de consolidação na aprendizagem, condizente com a necessidade de aprender sobre a história local. Para tanto, destaca-se ainda uma das habilidades mencionadas na área de linguagens e suas competências para o ensino médio: “Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica”, (BNCC, p. 496). Isso retoma

o foco não só para o presente e região em que o estudante vive, mas atrelando o conhecimento a outros períodos da história e as relações com outros territórios.

A educação patrimonial está bem instituída nos registros legais da educação, porém isso ainda é pouco discutido na prática diária das escolas. Quando se fala em educação patrimonial no cotidiano escolar, normalmente restringe-se às visitas a museus, sítios arqueológicos e cidades históricas, que também são práticas raras nas escolas. Essas atividades são importantes para o conhecimento dos discentes e desenvolvimento social deles, porém, tais práticas buscam valorizar e exaltar patrimônios culturais que, na maioria das vezes, são de outras cidades, fazendo-os não perceber os patrimônios locais, (Messias *et al.*, 2020).

O IPHAN, importante órgão referente ao patrimônio nacional, define educação patrimonial como: “Um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Onde o diálogo, a comunicação, a troca de saberes e vivências culturais são fundamentais nesse processo de valorização desses bens culturais. Através da Portaria nº137 de 28 de abril de 2016, o IPHAN também destaca a importância da interdisciplinaridade nas diretrizes da educação patrimonial, valorizando diferentes interfaces do patrimônio cultural.

Então, enfatiza-se a necessidade de cruzar conhecimentos, trazendo à tona a interdisciplinaridade que envolve o patrimônio cultural. Dessa forma, o conhecimento sobre ele, não fica restrito a um componente curricular, mas às diversas áreas que envolvem a história de um povo. Onde é possível interligar os conhecimentos e vivências em outros componentes curriculares, do cotidiano e de suas vivências, bem como história, geografia, economia, cultura, linguagens e artes, (Coelho e Cutrim, 2020).

Assim como abordado na BNCC, Silveira e Bezerra (2017) se referem à “Educação Patrimonial” como algo que permeia os diversos âmbitos disciplinares e, por isso, não há como definir de forma específica. Ainda explicam que não é possível dissociar a prática educativa da cultura e do patrimônio. Para tanto, depreende-se do entendimento dos autores a expressão como um pleonasmo. Apesar de haver contradições em sua definição, é importante destacar que o termo “educação patrimonial” levanta diversos questionamentos sobre o papel da educação em todo esse processo – contínuo e inacabado.

[...] este tema é indispensável em qualquer contexto. [...] ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. A cultura material torna-se elemento do processo de “alfabetização cultural” empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares (Silveira e Bezerra, 2007).

Muitas atividades populacionais históricas e culturais não são legitimadas como patrimônios devido ao não tombamento, pois, para reconhecer um patrimônio cultural é preciso seguir as políticas de patrimonialização cultural: tombando, registro, os processos identitários e as produções discursivas sobre. Isso não quer dizer que algo não é patrimônio devido à falta do tombamento, mas que, o tombamento demarca, de forma legal, algo como patrimônio. Apesar disso, a apropriação consciente dessas culturas pelos municípios e sua forma de preservar esses bens são importantes, (Brulon Soares, 2017), visto que conhecem de forma mais aprofundada a história que está incluída em seu território. Com isso, é possível atrelar a importância da educação patrimonial nas escolas, principalmente sobre “patrimônios locais”, para que, mesmo sem o tombamento, os estudantes reconheçam e criem movimentos políticos para que haja a demarcação dos seus patrimônios culturais pelos órgãos públicos.

Para melhor compreensão, Coelho e Cutrim (2020) dissertam sobre como a BNCC aborda a aplicabilidade desse tema, de acordo com a série do indivíduo, desde a educação infantil, onde são abordadas as vivências com a família e comunidade. Entretanto, no ensino fundamental, como existem as diversas áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e o ensino religioso) vai tratar a respeito do tema de forma singular. Destacam-se:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (Brasil, 2017).

Nas demais áreas do conhecimento, como a matemática, a educação patrimonial deve estar atrelada à discussão de projetos de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, que valorizem as diversas formas de ver o mundo dentro dos grupos sociais. As ciências da natureza, trazem consigo uma visão biológica e de responsabilidade social, através da preservação e processos socioambientais e culturais da ciência e suas tecnologias.

No Ensino Médio, essa temática é trabalhada de maneira semelhante, entretanto com a integralização do ensino. A BNCC expõe que é de fundamental importância o protagonismo dos discentes nesse processo e a escola tem o dever de acompanhar, estimular e incentivar essa participação, pois isso, fará com que haja, além da compreensão social daquele meio, uma transformação social, (Coelho e Coutrim, 2020). O fortalecimento desse incentivo nas escolas faz-se necessário, porque haverá uma ligação entre o que é conhecimento pertinente e as



demandas sociais, formando indivíduos capazes de reconhecer sua cultura e/ou patrimônio cultural e o seu papel como cidadãos, (Campos *et al.*, 2016).

Sendo assim, a educação vai além do conhecimento adquirido. Ela é a principal formadora do senso crítico, por isso, é necessário desenvolvimento individual, coletivo, cognitivo e ético, como também o olhar sobre a cidadania e reconhecimento sobre a pluralidade cultural brasileira, (Campos *et al.*, 2016).

A BNCC é um marco legal ainda recente. Apesar de todo o processo histórico e cultural, discussões e atualizações, a versão mais recente foi disponibilizada em 2017 e implementada em todo país, a partir de 2018. Assim, é possível perceber que ainda há muito a avançar e legitimar o que é de direito e orientado na legislação. A valorização da cultura e dos processos históricos locais é urgente para que se entenda melhor as origens e o contexto em que cada povo está inserido. Isso se dá também, reconhecendo os bens materiais e imateriais pelo Estado.

## 2.2 MAIS EDUCAÇÃO: O INÍCIO E O FIM DE UMA ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As políticas, em um espectro geral, emergem no contexto do Estado moderno que adquiriu legitimidade para estabelecer normas e regulamentações, sobretudo, com o advento do capitalismo que marcou diversas influências no contexto escolar desde então. Nesse cenário, o Estado exerce a função de regulamentar e manter os sistemas e práticas educacionais, a partir das normatizações, que resultam de intensas negociações, discussões, estudos e conflitos no âmbito dos governos. Isso retrata marcos importantes para a história, traçando ideais dos projetos políticos.

Para entender programas e políticas, é essencial considerar as transformações resultantes da redefinição do papel do Estado, especialmente a partir das reformas neoliberais da década de 1990. Essas reformas atingiram processos de privatização e a predominância dos discursos de excelência, efetividade e qualidade, inseridos na lógica e cultura do novo gerencialismo (Ball, 2006, p. 12), conseguindo estabelecer uma agenda globalizada para tais políticas (Ball, 2001).

De um lado, a perspectiva do campo economicista que avalia a qualidade unicamente pelos resultados das avaliações nacionais e, de outro, visões de movimentos sociais que enfatizam as relações de ensino e aprendizagem, levando em consideração as assimetrias dos contextos e as diversas dimensões dos sujeitos, essa valorizada pelo programa. Na visão economicista, prevalece a ideia de que a educação está direcionada apenas para a formação

destinada ao mercado de trabalho, enquanto, na perspectiva dos movimentos sociais, a formação para o exercício crítico da cidadania também deve ser abarcada.

Nesta perspectiva, a qualidade da educação estava vinculada à valorização de prática de competição e empreendedorismo, fundamentadas no discurso liberal em que os indivíduos são autorreferenciados. Assim, a disputa se desenrola em torno dos significados da qualidade educacional, sendo que, na perspectiva dos movimentos sociais, essa qualidade está associada ao direito à educação, à aprendizagem e às condições de trabalho para os docentes. Por outro ângulo, na visão neoliberal, a qualidade está restrita à “obtenção” de resultados. A partir da década de 1990, a ampliação da jornada escolar surge como uma das possibilidades para aprimorar a qualidade, tanto para os movimentos sociais quanto para os organismos internacionais (Martinic, 2015; Veleza, 2013). Assim, a escola em tempo integral entra como uma opção no Brasil, quando já é uma realidade em outros, e começa a ser encarada como uma “solução”.

No Brasil, uma estratégia adotada pela União, o Programa Mais Educação, trouxe uma política para a ampliação da jornada escolar no ensino fundamental, que se destacou, desde a sua criação, em 2007, por meio da portaria nº17/2007 e regulamentada pelo decreto 7.083/10, e que, lamentavelmente, foi encerrado em dezembro de 2019. A sua proposta era fundamentada em uma concepção de educação em tempo integral para, no mínimo, sete horas diárias, com oferta de componentes curriculares eletivos (optativas) dentro de macrocampos: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Nos cinco anos iniciais do programa, a educação patrimonial estava incorporada no macrocampo de cultura e artes. Contudo, em 2012, viu-se a necessidade de mudança, então o macrocampo passou a chamar-se: Cultura, Artes e Educação Patrimonial.

A criação do Programa Mais Educação foi realizada conforme a diretriz do Plano Nacional de Educação, com o objetivo de induzir a extensão da jornada escolar no ensino fundamental progressivamente. Então, a sua criação foi uma consolidação do que era previsto nos regimentos legais que abrangem a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Também, está permeado nessas narrativas de que o tempo integral pode otimizar a aprendizagem, os desempenhos e ampliar a seguridade social, e, por conseguinte, expandir as “oportunidades educativas” para os indivíduos vulneráveis socioeconomicamente. Ampliando essa discussão e legitimando a singularidade das escolas, comunidades e estudantes, o programa destaca:

Toda a escola está situada em uma comunidade com especificidades culturais, saberes, valores, práticas e crenças - o desafio é reconhecer a legitimidade das condições culturais da comunidade para estimular o diálogo constante com outras culturas. A educação é um dos ambientes da cultura marcada pela reconstrução de conhecimentos, tecnologias, saberes e práticas. (Moll, 2009, p. 32-33).

A educação em tempo integral, passou a compor a salvaguarda do direito à educação de qualidade, (Cury, 2002; Arroyo, 2012), considerando os confrontos de sentidos e de projetos políticos que permitem que os sujeitos defendam as mesmas causas, embora os seus significados possam ser integralmente diversos. Essa aparente “discordância” é intrínseca a toda argumentação e a todo embate argumentativo político, (Mouffe, 2002; Rancière, 1996). Neste sentido, a concepção de direito recai sobre as finalidades da educação.

O programa tinha como princípios a “articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais”, valorizando esse tipo de habilidade, o diálogo, a criticidade e a resolução de problemas. Nessa integração, sugere-se também o diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais (Brasil, 2007). Em vista disso, o programa não se limita apenas ao aumento de horas na jornada, mas apresenta uma proposta de reorganização curricular sob uma perspectiva interdisciplinar, em que é possível articular os diversos saberes, bem como consta a realidade social. Dessa forma, o estudante tinha também uma formação integral, trazendo o olhar para conhecimentos que devem ser destacados para o estudante, diante da realidade do espaço, tempo que ele atua e a sua individualidade, considerando quem é o sujeito da aprendizagem e quais as suas necessidades.

Além disso, o programa surge como uma proposta de enfrentamento de desigualdades sociais. Inicialmente, a Portaria que estabeleceu o Programa delineou as seguintes finalidades:

[...] apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar [...]; contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série [...] para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais; prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens [...]; promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas [...]; estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer [...]; promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades [...]; prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados [...]. (Brasil, 2007, art. 2º).

Assim, é possível perceber que há uma preocupação não somente com a qualidade do ensino, mas que ela se torne efetiva e aplicável pelos estudantes, considerando seus objetivos com a educação. Além disso, traz uma responsabilidade de torná-la democrática, fazendo com que os estudantes com diferentes níveis e dificuldades de aprendizagens tenham assistência educacional direcionada. Assim, colaborando para que a escola seja promotora de equidade. O

Programa Mais Educação objetivou, de forma geral, reinventar a escola, representando um desafio significativo para gestores educacionais, professores e comunidades diversas. Essa abordagem da educação integral reconhece a necessidade de expansão do território educacional para além dos limites físicos da escola, alcançando o entorno e a cidade em suas diversas possibilidades educativas, dessa forma, o programa destacou-se como uma iniciativa abrangente e inovadora.

Em 2010, o Ministério da Educação redefine a finalidade do Programa Mais Educação e aponta objetivos voltados ao aumento do tempo do estudante na escola, inclusão de conteúdos relacionados ao conhecimento local, além de aproximar professores, estudantes e comunidade, disseminar experiências escolares, unir programas e políticas sociais, a fim de solucionar problemas sociais e ambientais. Assim, seriam os objetivos do Programa:

I - formular política nacional de educação básica em tempo integral; II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais; III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades; IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral. (Brasil, 2010)

A partir disso, o programa passa a complementar seus objetivos alinhados aos princípios da LDB e DCNs, fazendo com que o programa não só tenha caráter educativo, mas também transformador e resolutivo de problemas sociais, relacionando as diferentes áreas sociais, comunidade e escola.

O programa, quando foi implementado, teve um direcionamento para as regiões com escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localizadas em capitais e regiões metropolitanas. Contudo, o programa se expandiu para diferentes territórios, municípios e estados. A adesão ao programa se dava através de um formulário eletrônico, onde é considerado o IDEB, vulnerabilidade e cidades com mais de 90 mil habitantes. Assim, os municípios que possuíam o programa, recebiam repasses de verbas do governo federal, para ressarcimento dos monitores, compra de materiais didáticos para o programa, contratação de serviços necessários, itens de consumo e materiais permanentes. Desse modo, constata-se um esforço por parte do Estado, para que a educação vá além do modelo tradicional, que tenha um papel efetivo em manter o estudante na escola e que isso seja proveitoso.

Em meio a essas visões, o governo Lula implementou um discurso que destacava a educação como impulsionadora do desenvolvimento social, adotando um modelo chamado neodesenvolvimentista, (Boito e Berringer, 2013), ou seja, que, envolvia comunicação entre classes sociais, como a burguesia e os trabalhadores. Não coincidentemente, a principal

característica da gestão, no âmbito educacional a partir de 2007, foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse plano emergiu de uma tentativa de consenso entre as ideias diversas, buscando propor uma refundação do estado republicano, naturalmente, com inúmeras contradições e falhas, como é inerente a todo processo dessa natureza, (Abreu, 2010). O PDE engloba as diversas iniciativas que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação, abrangendo a educação de jovens e adultos e os temas relacionados à diversidade cultural. Apesar do aumento nos investimentos em educação, persistia o antigo impasse da ausência de um sistema articulado, (Saviani, 2007).

Analisando e refratando esses embates e seguindo a lógica de planejamento estatal, o Ministério da Educação estabeleceu o Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”. Esse nome, em particular, é apropriado para um governo que almejou reintroduzir a lógica desse decreto. Nele, encontravam-se o Plano de Ações Articuladas (PAR, 2007) e o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), duas ferramentas de gestão e controle, respectivamente, (Werle, 2011). O PAR, sob a perspectiva do planejamento e racionalização na relação com os entes federados, estabelece uma forma de colaboração entre eles, enquanto o IDEB atua como instrumento de avaliação inserido na lógica das grandes avaliações preconizadas pelos organismos internacionais, tendo sua origem no governo Fernando Henrique Cardoso, com o Sistema de Avaliação conhecido como SAEB, (Bonamino; Franco, 1999).

O Programa Mais Educação representou uma inovação para essa política educacional, diferenciando-se, em certa medida, da ênfase nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ao oferecer atividades nas áreas de esportes, artes, comunicação, meio ambiente e direitos humanos. Contudo, é instituído como minoria, nas fraturas de um sistema hegemonizado pelas grandes avaliações.

Destacando seu surgimento e a relação com a educação patrimonial, que, à princípio fora incluída no macrocampo de Cultura e Artes, e depois no macrocampo de Cultura, Artes e Educação Patrimonial, dá espaço para a valorização e preservação do patrimônio cultural, promovendo o entendimento da história local e da diversidade que abrange o território. Somado a isso, a educação ambiental, também presente nesse programa, pode ser abordada em conjunto com a educação patrimonial, destacando a preservação do patrimônio natural e estimulando a consciência ecológica.

No contexto da legislação brasileira, o Programa Mais Educação incorpora em sua origem o princípio da intersetorialidade como um elemento de convergência interministerial para garantir os direitos à educação de qualidade das crianças e adolescentes. Assim, a

“centralidade se descola da especificidade de cada política setorial para assegurar prioridade para infância e juventude”, (Brasil, 2007, p.20), em uma ótica que combina assistência social e redução das desigualdades sociais. Este é um redirecionamento da ação pública no campo educativo, que demanda a construção de consensos.

O Programa promovido pelo Ministério da Educação trouxe a ampliação da jornada escolar em diversas instâncias governamentais e deu espaço para o debate sobre a educação para além do espaço físico da escola, reconhecendo também, o conhecimento que é produzido fora do ambiente formal de educação, valorizando o conhecimento das comunidades. Não só isso, é possível interligar o conhecimento discutido e aprendido na sala de aula, com o conhecimento externo, valorizando e promovendo discussões de problemáticas reais daqueles estudantes, incluindo economia, meio ambiente, administração pública, saúde e responsabilidade social.

O Programa Mais Educação buscava também atender as escolas do campo e sugere que suas configurações podem gerar impactos positivos nas instituições. No entanto, como programa governamental, ele apresentou limitações, considerando sua oferta residual e a capacidade restrita de influenciar políticas robustas de tempo integral nos estados e municípios, muitos dos quais possuem uma capacidade limitada de contrapartida. Não obstante, o Programa Mais Educação, ao alcançar o campo, concretiza uma intencionalidade em termos de política pública, (Leclerc e Moll, 2012).

Com essas reflexões sobre o Programa Mais Educação, é possível considerar sua importância para a educação patrimonial nas escolas brasileiras. De antemão, a educação patrimonial surge através de discussões sobre a necessidade de aprofundar-se o conhecimento, a conscientização e a preservação do patrimônio histórico e cultural, mais especificamente daquele que está próximo e acessível aos estudantes. A exigência de empregar os "ativos culturais como principal recurso educacional" desempenha um papel crucial na preservação da memória e na formação cidadã, sendo considerada essencial pela perspectiva institucional para colaboração efetiva com os professores. Com isso, o IPHAN, em 1999, lançou o "Guia Básico da Educação Patrimonial" com o intuito de fornecer apoio para discussões, estudos e implementações relacionadas a essa temática, que está intimamente relacionada com a cultura do povo. Nessa ocasião, a educação patrimonial foi conceituada como:

[...] um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6).

O Brasil passou por diversos processos de fragilidades, considerando a história colonial houve forte influência eurocêntrica do que seria patrimônio cultural, e de como os patrimônios nacionais foram formados, e patrimônios relacionados aos povos originários e africanos foram esquecidos e ignorados por muito tempo. Apenas no fim da década de 1980 esta situação começaria a mudar. Em 1987, houve o tombamento do terreiro de Casa Branca, em Salvador, sendo um reconhecimento da cultura afro-brasileira, (Dantas *et al.*, 2022). No mesmo ano, ocorreu também o tombamento do casario oriundo da imigração italiana em Antônio Prado (Da Silva, 2014). Um marco para o reconhecimento de patrimônios não relacionados a cultura portuguesa, é também o reconhecimento do Círio de Nazaré, em Belém, e a arte gráfica kusiwa dos povos indígenas Waiãpi, no Amapá (Carboni, 2014; Bitar, Reymão, Bittencourt, 2020).

Essas ações refletem uma diversificação nas abordagens da política patrimonial e da educação patrimonial no Brasil. Isso entona a importância e necessidade da educação patrimonial que reforça, reconhece e impulsiona o reconhecimento de patrimônios materiais e imateriais ainda esquecidos dos registros nacionais e internacionais.

Com uma análise do documento “Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação”, (Brasil, 2012), foi verificado que, no plano documental, há uma nova ênfase nos conceitos de educação patrimonial, assim como suas estratégias de intervenção são modificadas. Com isso, foi sua definição de educação patrimonial:

A educação patrimonial no Mais Educação propõe uma forma dinâmica e criativa da escola se relacionar com o patrimônio cultural de sua região e, a partir dessa ação, ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e que isso tem a ver com a formação de cidadania, identidade cultural, memória e outras tantas coisas que fazem parte da nossa vida, mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importante elas são. (Brasil, 2012, p. 4).

Desse modo, é possível notar uma proposta educacional que conecta educação escolar e herança cultural de maneira diversificada, valorizando a diversidade cultural. De certa forma, indica uma desconstrução da concepção estabelecida de patrimônio eurocêntrica, que frequentemente é associada a uma cultura elitista. Ao ampliar as interpretações de patrimônio, sugere a possibilidade de os estudantes e professores considerarem sua comunidade, a comunidade escolar e o município como elementos relevantes para uma reflexão sobre suas identidades e para a construção da cidadania no contexto diário das instituições de ensino. A educação patrimonial pode ser trabalhada como uma forma de pesquisa para a diversidade cultural presente nos ambientes escolares, a partir da construção de inventários:

Fazer um inventário é fazer um levantamento, uma lista descrevendo os bens que pertencem a uma pessoa ou a um grupo. Quando falamos em inventariar os bens culturais de um lugar ou de um grupo social, estamos falando em identificar suas referências culturais. (Brasil, 2012, p. 11).

Essa é uma das propostas do documento mencionado, que destaca cultura local, bens preciosos para a história da comunidade através da autonomia dos estudantes e sob orientação do professor. Como o documento foi construído em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a ideia de inventário foi desenvolvida por essa entidade. Com essa proposta os estudantes tornam-se protagonistas no processo da história, da memória e do patrimônio das comunidades onde moram. Sob esse olhar, difere consideravelmente das definições de educação escolar que já foi uma das mais defendidas no país, em especial na Era Vargas, quando os estudantes começaram a produzir versões oficiais da História e da Geografia Nacional (Hilsdorf, 2011) e que também é defendida pelo sistema capitalista e tecnicista que forma os estudantes para gerar resultados em números.

Essas transformações são direcionadas por um movimento de "dissolução das monoidentidades" (Canclini, 2006), onde novas maneiras de apropriação política das memórias e patrimônios são conectadas às lutas por direitos sociais, propriedade territorial e cidadania (Abreu, 2015). Os procedimentos de patrimonialização de expressões culturais indígenas, por exemplo, demonstram essa dissolução pela complexidade presente nos dossiês e laudos técnicos usados em inventários de suas referências culturais. Esse processo leva em consideração os desenvolvimentos identitários e as reivindicações político-econômicas, destacando que os próprios indivíduos se tornam sujeitos ativos e politicamente comprometidos nesses procedimentos. Dessa forma, "os processos de patrimonialização deixaram de ser atributo de algumas vozes autorizadas legitimadas no aparelho do Estado para se transformarem em vozes diversas entrelaçadas em redes nas quais interagem diversos agentes" (Abreu, 2015, p. 72).

A partir de 2014, o Programa Mais Educação passou por dificuldades financeiras, devido aos repasses financeiros que não chegavam em todas as escolas ou chegavam de forma reduzida. Em 2015, houve uma redução de 70% dos repasses financeiros às escolas, algo que fragilizou as atividades. Em 2016, o governo declarou não abrir mais inscrições para participação do Programa Mais Educação, que deixou então de existir a partir do ano de 2017. A justificativa para isso, além dos problemas financeiros, foi a falta de uma avaliação direcionada para a efetividade do programa e discrepância entre o número de estudantes declarados no programa e o número de estudantes no censo escolar. Indiscutivelmente, um retrocesso para a educação brasileira (Esquerda Diário, 2016), principalmente para a educação básica a qual o programa estava direcionado.

Após o fim efetivo do programa Mais Educação, não houve até então mais nenhum programa governamental que visasse a inserção da educação patrimonial dentro do espaço



escolar, apesar disso, o site do IPHAN ainda disponibiliza os materiais que foram produzidos para o programa Mais Educação para os que ainda tem interesse de utiliza-los como instrumento pedagógico de ensino patrimonial, como consta em seu portal online “atividades do inventário está disponível no Leia mais, nesta página, e pode ser utilizado por qualquer interessado, mesmo que não esteja em escola vinculada ao Programa Mais Educação” (IPHAN, 2014)

A partir das reflexões aqui colocadas acerca da educação patrimonial e da apresentação da programação Mais Educação, o capítulo seguinte tem como proposta a abordagem do relato de experiência da eletiva “Nossas raízes: processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE” elaborada com intuito de fazer uma abordagem prática da educação patrimonial fazendo uso da história local e dos bens patrimoniais de Passira com o material produzido pelo IPHAN para o programa Mais Educação. A eletiva teve como proposta de avaliação a construção de um inventário participativo pelos estudantes participantes, assim, foi utilizado na construção desse, o método criado pelo IPHAN para o programa Mais Educação para abordagem da educação patrimonial.

### **3 O USO DA HISTÓRIA LOCAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

#### **3.1 BORDAR É TRANSFORMAR LINHA EM HISTÓRIA**

A educação patrimonial, como já discutido no capítulo 2 deste trabalho, é uma ferramenta essencial para a preservação e continuidade da história de um povo. Em escolas do ensino médio da zona rural, ela torna-se ainda mais decisiva, visto que o patrimônio depende principalmente dos seus sujeitos para ser mantido e lembrado. Normalmente, nestas regiões, a população tem um forte vínculo com o seu patrimônio cultural, nesta perspectiva, com a educação patrimonial, os estudantes tem espaço dentro da escola para que seja discutido sobre a riqueza da herança cultural deixada ao longo dos anos, fato que fortalece o vínculo e pertencimento ao local. Por outro lado, nas escolas urbanas, ocorre uma maior heterogeneidade de culturas, pois, diversas culturas convivendo sincronicamente, isso colabora para o conhecimento da história e tradição dos diversos grupos, contribuindo para além da valorização do patrimônio, mas também pela empatia, respeito e tolerância pela diversidade cultural (Rodrigues, 2018).

Desta forma, o objetivo deste capítulo é de apresentar o produto de um componente curricular eletivo, direcionada para estudantes do ensino médio. Esta, elaborada como parte dos pré-requisitos para o desenvolvimento da pesquisa desta dissertação, bem como compartilhar a experiência de sua aplicação em uma escola estadual do estado de Pernambuco, localizada em uma cidade do interior.

Para construção da proposta didática, levou-se em consideração a Base Comum Curricular (BNCC), bem como o currículo estadual e escolar e o Projeto Político Pedagógico da Escola. A própria BNCC, enfatiza como habilidade na área de Ciências da Natureza e Sociais Aplicadas: “Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço”. Ela envolve as diferenças sociais existentes entre os povos, bem como sua história que marcam o tempo e espaço dentro desta mesma diversidade.

Já no currículo do estado de Pernambuco, respeitando a esta habilidade da BNCC, temos habilidades específicas para os componentes curriculares de história, geografia e sociologia (apresentadas no quadro 1).

Quadro 1: Objetivos específicos dos componentes curriculares de história, geografia e sociologia referentes a competência da BNCC referente à cultura material e imaterial para o ensino médio.

<b>Componente curricular</b>	<b>Habilidades específicas</b>	<b>Ano do ensino médio</b>
História	Compreender o significado histórico dos patrimônios culturais materiais e imateriais e sua função identitária na construção de diferentes grupos em variados tempo e espaços, destacando o patrimônio cultural material e imaterial de Pernambuco.	1º ano
Geografia	Analisar o processo de formação da diversidade étnico-racial da população mundial, através da consolidação dos lugares e do pertencimento, reconhecendo a importância do pluralismo cultural na formação de povos e nações.	2º ano
Sociologia	Distinguir e valorizar objetos e elementos da cultura material e imaterial de diferentes povos e grupos étnico raciais, pesquisando, reconhecendo e respeitando as diversidades socioculturais e identitárias e suas multiplicidades de conhecimentos, crenças, valores e práticas culturais na sociedade.	2º ano

Fonte: Construído pelo autor a partir do currículo de Pernambuco (Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2021)

Ao observar esse direcionamento do currículo, fica claro a preocupação com o entendimento contextual em que o patrimônio cultural está inserido, considerando etnias, raças, culturas, crenças, valores e o pluralismo em que a sociedade pernambucana foi formada. Com isso, o componente curricular eletivo, proposta neste tópico, considera objetivos específicos para o reconhecimento do patrimônio local, visto que os documentos legais curriculares nacionais e regionais, não impulsionam esse tipo de conhecimento e enaltecimento regional. Tal fato é discutido por Peter Burke (2001), explica isso como uma visão de cima, restrita a

grades feitos, de grandes homens, pois é assim que grande parte dos materiais didáticos costumam abordar o assunto sobre patrimônio cultural.

Considerando esses aspectos, a proposta didática desenvolvida tem como principal objetivo proporcionar uma experiência de ensino enraizada no uso da história local, que busca envolver e integrar o estudante à narrativa histórica, reconhecendo-se como parte essencial dela. Através disso, é estimulado o profundo senso de pertencimento e identidade com o patrimônio cultural local, compreendendo a necessidade de preservação do patrimônio cultural, além da visão de um legado do passado, mas como um elemento fundamental na construção e na identificação do grupo e território que pertencem, desenvolvendo uma consciência crítica e responsável em relação a preservação e valorização do patrimônio cultural comum (Fratini, 2009).

O componente curricular eletivo proposto, intitulado “Nossas Raízes: Processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE” foi concebido no intuito de explorar e valorizar a história local, reconhecendo-a como um elemento tão relevante quanto os conteúdos tradicionais de História. A partir da motivação de conhecer, discutir e orientar acerca da história local, bem como tecer reflexões sobre as produções culturais locais, compreendendo a importância disso para as futuras gerações, e reconhecendo isso como tão importante quanto a abordagem dos conteúdos tradicionais da História.

Os conteúdos escolhidos, foram cuidadosamente analisados e inseridos na ementa, a fim de relacionar a história local, com seu povo, desenvolvimento social, economia e o contexto em que o povo e território estiveram e estão inseridos. Assim, o componente curricular vai além do conhecimento sobre a temática, mas da identificação pessoal com as práticas culturais e o desenvolvimento crítico do estudante sobre ela, acerca da sociedade regional e em contextos mais amplos, como a abrangência estadual e nacional. Então, a disciplina é executada a partir da história do município, seguida da compreensão de patrimônios culturais materiais e imateriais, a incorporação da prática acerca do patrimônio cultural da cidade, e por fim, a construção do inventário e culminância.

A sequência de conteúdos, foi pensada com o cuidado de promover a compreensão abrangente e significativa do patrimônio cultural local e o seu contexto histórico, social e econômico. Ao iniciar com a história do próprio município, é possível aprofundar-se na relação com os seus habitantes, conectando os estudantes diretamente às suas raízes. Seguido de uma exploração dos patrimônios culturais, evidenciando a riqueza e diversidade cultural em seu entorno. Com a atividade prática do bordado, os estudantes passam a ter uma experiência tangível, com participação ativa no processo de preservação e construção do próprio

patrimônio. Com as fichas de inventariação, os discentes aplicam o que aprenderam, e potencializam seu entendimento sobre o assunto, além de ser possível colocar em prática.

A partir disso, os estudantes entendem a amplitude do município, como ela pode estar incluído no conteúdo de patrimônio cultural, como o patrimônio cultural é produzido e como eles podem contribuir para o reconhecimento e preservação do mesmo. Dessa forma, ao fim da disciplina, os estudantes estariam familiarizados com as fichas do Programa Mais Educação, referente ao inventário de bens culturais.

### 3.2 LOCAL DO ESTUDO

O primeiro capítulo deste estudo apresenta uma descrição detalhada da cidade em que a pesquisa aconteceu. Aqui, para uma compreensão mais abrangente, envolvendo o contexto da população em específico, torna-se imperativo apresentar para a qual o produto foi desenvolvido e aplicado, e detalhar o perfil dos estudantes que frequentam o espaço educacional.

A escola em debate, trata-se da Escola de referência em Ensino Médio Manoel Guilherme da Silva, conhecida como EREMAG pela comunidade local, de caráter público e estadual. No ano recorrente (2024), possui aproximadamente 444 discentes matriculados, nas modalidades de ensino médio em tempo integral, travessia, educação de jovens e adultos (EJA), que oferece tanto ensino fundamental quanto médio para jovens acima de 18 anos e adultos que não tenham concluído o ensino básico na idade apropriada. Desses apenas a primeira modalidade funciona nos turnos da manhã e tarde.

A EREMAG é uma das três únicas escolas que ofertam o ensino médio, duas na zona urbana e uma na zona rural, essa oferta ensino regular no período noturno. Com isso, a EREMAG recebe estudantes com diferentes perfis, vindos da zona urbana e rural. Na cidade não há escola privada que oferte o ensino médio, assim, estudantes que optem por este perfil, buscam escolas privadas em outros municípios, como em Limoeiro-PE. A escola conta com 10 salas de aula, 1 biblioteca, 1 sala para laboratório de informática, 1 sala para laboratório de ciências, 1 sala para laboratório de línguas e 1 sala itinerante para realização de atividade de ensino e aprendizagem.

Referente a população em torno da escola, e que fazem parte da comunidade escola, como os pais, tem como principais ocupações a agricultura familiar, o artesanato e a comercialização de itens (vendedores autônomos). Assim, alguns desses estudantes, já conhecem as práticas realizadas por seus pais e ajudam nessas atividades, nos horários livres. Com isso, segundo o Projeto Político Pedagógico, muitos estudantes já estão familiarizados

com a prática do bordado. Vale salientar ainda, que, grande parte dos estudantes são de baixa renda, filhos de pais com poucas condições socioeconômicas. Reafirmando, o PPP menciona:

Estes estudantes na sua maioria são de classe média-baixa e baixa, provenientes do centro urbano como também da zona rural do município. Geralmente, são filhos de agricultores e bordadeiras, os quais vivem basicamente de 01(um) salário mínimo ou dos Programas Assistenciais do Governo Federal. (Projeto político pedagógico. Escola de Referência no Ensino Médio Manoel Guilherme da Silva, Passira, 2023. P.10).

No que concerne a escolha da instituição para realização da pesquisa, diversos fatores foram ponderados. Primeiramente, a principal pesquisadora deste estudo integra o corpo docente da instituição, isso facilita o acesso e a obtenção para autorização do desenvolvimento da pesquisa. Outro fator considerado, foi o histórico da instituição, que possui antecedentes de realização de outras pesquisas referentes ao bordado, fato que familiariza e propicia tanto os profissionais quanto os estudantes para a condução desta.

No âmbito desta pesquisa, foram escolhidos os estudantes do terceiro ano do ensino médio, a turma foi escolhida devido a vivências anteriores relacionadas com o patrimônio cultural da cidade, que proporcionou aos estudantes experiências e conhecimentos importantes, que corroboraram para o entendimento desta pesquisa e efetividade da mesma. Outro fator de importância decisiva, foi a disponibilidade da turma, que possuía horário semanal disponível para a temática, algo que tornou possível a realização das atividades propostas aqui. Ademais foi estabelecido um limite máximo de 39 estudantes, devido a quantidade total de 78 estudantes entre as duas turmas do 3º, além disso é um número que se mostrou essencial para garantir uma dinamicidade e eficácia das atividades propostas. Esse quantitativo, justifica-se pelo número de estudantes matriculados na turma. Tanto o perfil da escola como dos discentes, mostrou-se sendo de boa escolha, pois um ambiente propício e participação ativa dos estudantes foram decisivas para a qualidade e relevância dos dados coletados.

Um outro fator importante referente a escolha da turma se deve à implementação da matriz curricular publicada no ano de 2018 no Diário oficial de Pernambuco, Portaria nº 910 da Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, que ocorreu por último a estes discentes. A partir de então, a grade curricular de todas as escolas de Referência no Ensino Médio em tempo integral, semi-integral e das Escolas Técnicas Estaduais seriam organizadas deste modo, conforme mostra a figura 11. Esta matriz é composta por 11 componentes curriculares fundamentais da Base Comum Curricular, que abrange as áreas de Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, e Ciências humanas e sociais e suas tecnologias. Além desses, a matriz possui 1 componente curricular da parte diversificada, que é composto pelo componente curricular de Língua Inglesa; e contempla

dois componentes das atividades complementares como Estudo Dirigido e aula de Educador Orientados. E por fim, possui 4 componentes curriculares voltados para a formação técnica e profissional dos cursos técnicos integrados.

Com essa portaria, tanto o componente curricular de história como de geografia, possuíam 240 horas de aula para os três anos do ensino médio cada uma delas, enquanto sociologia possuía 120 horas para os três anos, destaco estas, pois, elas constam na BNCC como sendo responsáveis por abordar o conteúdo de educação patrimonial.

Figura 11: Matriz curricular do ensino médio integral, publicada no Diário Oficial de Pernambuco.

**SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL**

BASE LEGAL	ÁREAS DO CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	ANOS			CH	
				1º	2º	3º		
LEI FEDERAL Nº 9394/96; LEI FEDERAL Nº 13.415/2017; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4/2010; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2012; RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2017; PARECER CNE/CEB Nº 7/2010; PARECER CNE/CEB Nº 5/2011; PARECER CNE/CP Nº 15/2017.	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	6	6	6	720	
			Educação Física	2	2	2	240	
			Arte	2	1	1	160	
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática (1)	6	6	6	720	
			CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	Química	3	3	3	360
		Física		3	4	4	440	
		Biologia		3	3	3	360	
		CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	História	2	2	2	240	
			Geografia	2	2	2	240	
			Filosofia	1	1	1	120	
	Sociologia		1	1	1	120		
	<b>SUBTOTAL</b>				<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>3.720</b>
	PARTE DIVERSIFICADA			Língua Estrangeira - Inglês	2	2	2	240
				PROJETO DE VIDA E EMPREENDEDORISMO	2	2	2	240
				QUÍMICA EXPERIMENTAL	1	1	1	120
				FÍSICA EXPERIMENTAL	1	1	1	120
				BIOLOGIA EXPERIMENTAL	1	1	1	120
	<b>SUBTOTAL</b>				<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>840</b>
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES			ELETIVAS*	2	2	2	240
				ESTUDO DIRIGIDO **	5	5	5	600
<b>SUBTOTAL</b>				<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>840</b>	
<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA</b>				<b>45</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>5.400</b>	

OBS: (1) Da carga horária semanal desses componentes curriculares 1 hora aula será destinada a realização de experimentos.

(2) Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio será tratada transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito de todos os componentes curriculares, a educação em direitos humanos (Decreto nº7037/2009; Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e Resolução CNE/CP nº 1/2012).

\* Com base no Art. 17 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, as eletivas se configuram como um espaço de flexibilização curricular e prática da interdisciplinaridade, assim deverão ser propostas pelos docentes considerando os temas de interesse dos estudantes. A oferta da Língua Estrangeira – Espanhol se dará no formato de eletiva nas escolas que tenham professores com habilitação específica.

\*\* As aulas de Estudo Dirigido serão destinadas à realização de atividades, sob orientação de um (a) professor (a) de qualquer componente curricular. Poderá fazer parte da pauta dessas aulas: trabalhos em equipe, tertúlias literárias, produção de textos, confecção de experimentos, grupos interativos, monitoria em sala de aula, entre outras.

Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 2018

Assim, o componente curricular “Nossas Raízes: Processo de inventariação do Bordado de Passira-PE” se enquadrou na carga horária escolar como um componente eletivo. E assim

como dispõe a matriz curricular, os componentes curriculares que assumem esse caráter, contam com práticas interdisciplinares e conteúdos flexíveis, isso quer dizer que as escolhas dos conteúdos trabalhados no componente são pensadas e propostas pelos professores a partir da necessidade e interesse da comunidade escolar.

A escolha da eletiva que cada estudante irá participar acontece por preferências pessoais. O número de estudantes no inscritos na eletiva teoricamente não poderia exceder 39 inscritos já que havia 78 estudantes, que deveriam ser distribuídos para 2 componentes eletivos, no entanto, ao final do período de inscrições, havia 42 estudantes que optaram cursar a eletiva, e devido a diferença pouca entre uma turma e outra, isso foi aprovado pela coordenação escolar. A turma foi composta por estudantes com idades entre 16 e 19 anos, 11 meninos e 31 meninas, vindos da zona rural e zona urbana.

O tempo disposto para realização das aulas foram de 2Horas/Aula semanais, isso equivale a 1h40min, entretanto, por se tratar de turmas do 3º ano, a coordenação escolar recorria para que fossem realizadas atividades voltadas para a preparação dos estudantes para avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e outros vestibulares.

Ademais, os estudantes também demonstravam desejo para que essas atividades voltadas às avaliações externas fossem mais recorrentes, em função disso, em muitos momentos as aulas do componente curricular foram comprometidas. Esses momentos em que o conteúdo da eletiva eram interrompidos, impactaram diretamente no interesse dos estudantes, na abordagem do assunto e na construção do conhecimento relacionado a temática do componente. Isso, talvez possa ser repensado nos próximos estudos, direcionando a eletiva para outras turmas menos atarefadas em relação as avaliações externas.

### 3.3 ATIVIDADES E METODOLOGIAS DESENVOLVIDAS

Durante o período letivo, as aulas foram ministradas de acordo com o plano de ensino e conteúdos previamente estabelecidos na ementa (ver Apêndice A), que foram trabalhados no decorrer de 2 horas/aula para cada tema (tempo disponibilizado para o componente curricular semanalmente).

Inicialmente, o componente eletivo dedicou-se a discutir sobre a própria cidade, trazendo conceitos locais, lugares, práticas, vivências e história da cidade, relação da cidade com a história e geografia de Pernambuco, instigando os estudantes a refletirem sobre o meio em que estão inseridos. Seguindo desta temática, a discussão voltou-se para entender o que seria



patrimônio cultural, e a sua natureza material e imaterial, estimulando os estudantes refletirem sobre os bens patrimoniais de caráter cultural da cidade. Devido a importância do documento e aparato teórico, utilizou-se como base, o guia sobre educação patrimonial disponibilizado no endereço digital do IPHAN, além de uma análise detalhada do artigo 206 da Constituição Federal (1988), e do decreto de Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A escolha do tema e sequência em que foram apresentados foi pensado de forma estratégica, para que os estudantes tivessem uma boa imersão no conteúdo, chegando ao alvo principal: o patrimônio imaterial construído pela população passirense.

Foi trabalhado o assunto de emancipação da cidade de Passira, bem como o processo de desenvolvimento da cidade, relacionando com os símbolos locais, como a bandeira e o hino municipal, que fazem parte e contém a história da cidade. O principal objetivo desta aula, foi resgatar os conhecimentos dos discentes sobre a história da própria cidade, alinhar as informações que eles tinham, na tentativa de equilibrar os conhecimentos entre os estudantes da turma, e fazê-los aproximar-se ainda mais de suas origens. Nesta condição, vale resgatar a frase mencionada por Ossana, sobre a história local: “favorece recuperar a vivência pessoal e coletiva dos alunos e vê-los como participantes da realidade história” (apud Schmidt, 2007, p. 191), ademais, “as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas” (Florêncio, 2014, p. 22).

A partir destas menções, torna-se evidente a importância da história local para resgatar experiências pessoais e coletivas dentro de determinados contextos sociais, permitindo o reconhecimento como sujeitos ativos socialmente. Além disso, as práticas educacionais tornam-se mais efetivas e integradoras, quando partem de dimensões da vida dos indivíduos. Isso evidencia a importância do contexto histórico para a prática da educação patrimonial, que colabora para uma educação e aprendizagem significativa.

Como estratégia, foi utilizada a poesia de cordel. Tal metodologia, estimula a criatividade dos estudantes, bem como a necessidade do conhecimento sobre o conteúdo a ser apresentado. Existem diversos benefícios diante da abordagem a literatura de cordel, uma vez que é um recurso genuinamente nordestino, que se utiliza da linguagem popular para expor um pensamento. De acordo com Rocha, Moreira e Costa (2013) a literatura de cordel:

Na condição de recurso didático, além de patrimonial, os professores podem realizar em sala de aula oficinas de formação literária interagindo com muitas áreas curriculares. Isso fomenta nos estudantes um novo olhar sob o peso indispensável das tradições, sem dispensar as facilidades tecnológicas atuais. **O trabalho com a imaginação do cordel é educativamente patrimonial na medida em que a**

**linguagem dos ditados e “falares” do povo fomentam entretenimento e conhecimento cultural e científico.** (Rocha, Moreira, Costa, 2013. P. 7. Negrito nosso)

Assim, além de trabalhar a história da cidade, utilizou-se um outro recurso que também é considerado patrimônio cultural imaterial. Com o recurso, os estudantes puderam apresentar a história do seu jeito, a partir do seu ponto de vista, considerando suas vivências e experiências na cidade, e com criatividade, inserindo desenhos referentes a festa do milho, a estátua da bordadeira, desenhos em alusão ao bordado, etc. Além disso, no texto, também incluíram a Festa do Milho, já citada neste trabalho como importante evento do ponto de vista cultural e econômico; a agricultura, que é considerada a principal atividade econômica do município; e o bordado, a principal temática deste trabalho.

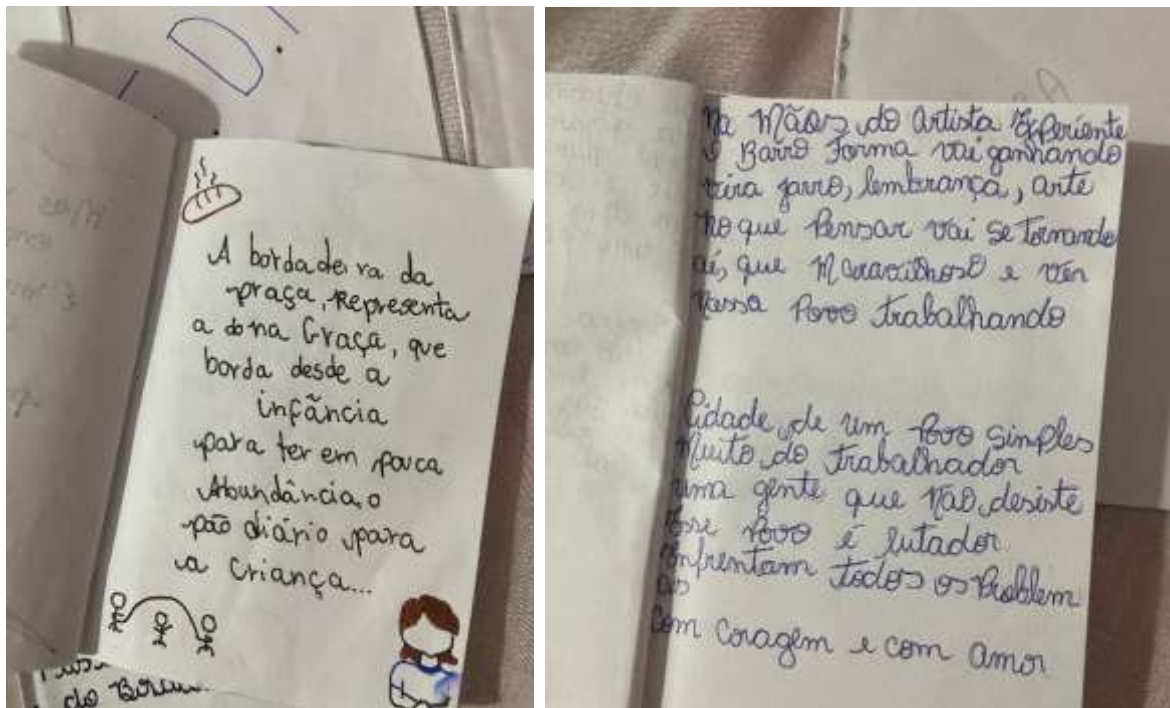
Figura 12: Cordéis feitos pelos estudantes da eletiva “Nossas Raízes: processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE”



Fonte: Autoria própria

Os versos trouxeram histórias contadas, como a de Dona Graça, que bordava para alimentar sua criança, representando diversas outras bordadeiras e bordadeiros da cidade, que utilizam da prática para suprir as necessidades da família (Figura 13). Outra abordagem apresenta a força e perseverança do povo passirense, o qual luta por dias melhores e não desiste por amor. Isso nos revela um retrato de como a população passirense se autodenomina, como sendo cidadãos ativos, críticos, e apaixonados pela vida e pela própria cultura.

Figura 13: Versos dos cordéis “Meu bordado minha história” e “Riquezas de Passira”, criados pelos estudantes da eletiva “Nossas Raízes: processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE”



Fonte: Autoria própria, 2023.

No decorrer das aulas apresentadas muitos discentes conseguiram assimilar as produções locais com características passíveis a ser um patrimônio cultural. Além do bordado, outra produção local ganhou espaço nos versos produzidos, o trabalho com barro ainda muito comum na zona rural do município. São comuns em sua confecção principalmente panelas, e jarros.

As atividades desenvolvidas no processo (apêndice C) tiveram também o intuito de despertar a curiosidade e reflexão dos estudantes em relação a como os patrimônios locais fizeram parte da sua história e de sua família. Uma das atividades sugeria a produção de um pequeno relato da relação do estudante e de sua família com o patrimônio cultural de Passira, alguns relatos deixados como esses:

*“o bordado foi algo muito presente no dia a dia da minha família, já que muitas mulheres tinham o bordado como fonte de renda. Desde minha infância eu observava a minha mãe bordar, ao começar a crescer minha mãe tentou me ensinar, mas só consegui aprender a fazer bainha” (L.N, 03/05/2023)*

*“lembro-me de ver tias e primas bordando finais de semana para conseguir alguns trocados com bordado. Depois de um tempo, o trocado virou fonte de renda. Minha mãe não tinha muito contato, porém, encaminhou minha irmã para que tivesse. Tentei aprender mas vi que não era pra mim. De verdade? Requer muita paciência e delicadeza. A cada linha e desenho bem feito, eu via o quão minimalista o trabalho é fantástico ter uma cultura tão rica assim na família” (E.M, 03/05/2023.)*

revelam que apesar de fazer parte das memórias de família, e até demonstrar interesse pela prática, ela vem passando por um processo de afastamento das gerações mais novas. Isso é algo que vem acontecendo com muitas culturas, tornando-se lembranças, isso só reforça a necessidade de buscar discutir sobre essas temáticas nas escolas.

As aulas seguintes, foram embasadas na coleta de informações e construção do inventário de patrimônio cultural. Para isso, foi esclarecido aos estudantes, o que é um inventário participativo, a importância dele, e como ele poderia ser produzido. Para isso, foi utilizado um recurso digital do programa de *Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação*, documento produzido pelo IPHAN para o Programa Mais Educação, a obra apresenta um guia prático de como pode ser feita a organização do inventário participativo.

Para inventariar o bem patrimonial de Passira, foi proposto primeiramente o reconhecimento das cinco categorias de patrimônio cultural apontadas no documento do IPHAN, que são elas: Objetos, Lugares, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes. Essa etapa foi muito importante para que os estudantes pudessem enquadrar a prática do bordado em uma das cinco, pois, somente assim, eles poderiam direcionar bem a produção das fichas de inventariação, pois, cada categoria requer fichas específicas para preenchimento. Logo após o reconhecimento desse material os estudantes puderam fazer o reconhecimento das fichas que seriam utilizadas preenchidas na formação do inventário, essas foram distribuídas de modo impresso para a turma.

Pensando nas eventuais ocasiões em que as aulas deveriam ser utilizadas para preparo e prática para as avaliações externas, foram preparados conteúdos sobre a temática, de modo que os estudantes não deixassem de ver os conteúdos do componente eletivo, nem que deixassem de preparar-se para as avaliações externas. Um dos materiais utilizados nesses momentos encontram-se no apêndice B.

### 3.4 CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

Para dar início ao processo de construção do inventário foi proposta a divisão da turma em 5 grupos, no entanto não houve um critério para a formação desses grupos, deste modo a formação foi feita de forma aleatória pelos próprios estudantes, utilizando seus próprios critérios, assim poderiam sentir-se mais confortáveis para produção do trabalho. Com a divisão dos grupos, cada um passou a ser responsável por uma ficha, que ficaram organizados da seguinte forma:

- Grupo 1: responsável pelas Fichas do Projeto (apêndice D), essas cumprem com objetivo de registrar informações técnicas do trabalho, tal como título do projeto, integrantes, período de realização etc.
- Grupo 2: responsável pelas Fichas de Território (apêndice E), essas estariam destinadas a trazer informações como referências de localização, dados socioeconômicos e descrição do território etc.
- Grupo 3 e 4: responsável pelas Fichas de Saberes (apêndice F), essas forneciam informações a respeito do patrimônio cultural que estaria sendo inventariado, nelas seriam registradas informações como a história, onde está, significados, estrutura e recursos necessários etc.
- Grupo 5: responsável pelas fichas de Fontes Pesquisadas (apêndice G), nelas ficavam registradas todas as fontes de textos, imagens e documentos utilizados no preenchimento das fichas anteriores.

Figura 14: Estudantes preenchendo folhas do inventário participativo do Programa Mais Educação e buscando informações na internet.



Fonte: Autoria própria, 2023.

O processo de produção ocorreu em 4 hs/a, isso quer dizer que foram necessárias 2 semanas para que os estudantes pudessem completar o preenchimento da ficha de forma efetiva, assim foi possível sanar dúvidas e acompanhar de perto a produção dessas, sendo finalizadas de forma muito satisfatória. As fichas de fontes de pesquisa preenchidas pelo grupo 5 (apêndice G), revelam que, as informações para estruturação do inventário partiram principalmente de pesquisas da internet e do conhecimento empírico dos estudantes. Tal fato é discernido por

(Florêncio, 2014), enfatizando a importância da construção coletiva e reafirmação dos conhecimentos próprios dos estudantes:

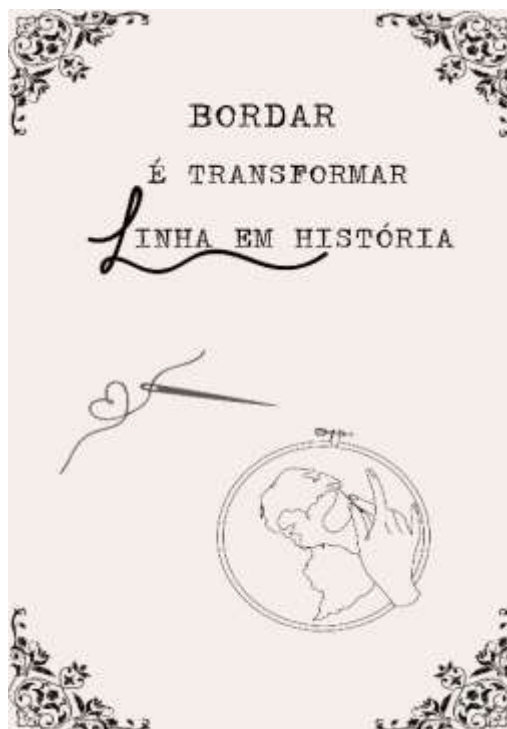
O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações (Florêncio, 2014, p. 20).

A proposta inicial da eletiva, seria que, ao fim da produção das fichas e produção do inventário, os estudantes apresentassem seus materiais para a comunidade escolar, tal fato teria a importância de caráter avaliativo e disseminador de conhecimento, pois, incluiria o público além da turma escolhida para o desenvolvimento da pesquisa. Contudo, os estudantes sugeriram a produção digital das informações presentes nas fichas, na qual seriam trabalhadas de forma criativa, com ilustrações e formatações livres<sup>2</sup>. Assim, duas estudantes voluntariaram-se a fazer, visto que nem todos os participantes possuem acesso a recursos tecnológicos informatizados para elaboração. O segundo momento desta fase, uma etapa prática, na qual pudessem aprender o passo a passo para a produção dos bordados manuais, foi sugerida pelos próprios estudantes, que se mostraram então muito empolgados em conseguiram compreender e praticar o bordado.

Figura 15: Capa do Modelo digital do inventário produzido por estudantes da eletiva

---

<sup>2</sup> Link de acesso ao material produzido: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1cKSGTBWcmuI227scGfFXWployd4dq6d3>. A página 02 (dois) deste material foi retirada desse anexo em decorrência de informações pessoais relacionadas aos participantes desta pesquisa.



Fonte: Autoria própria, 2023.

### 3.5 OFICINA DE PRODUÇÃO DO BORDADO MANUAL

Quando sugerida, a oficina de produção de bordado, os estudantes tiveram como argumento, o fato de que precisavam também aprender a prática, entender como se dava o processo manual. A realização da oficina foi considerada sobretudo como uma maneira mostrar aos estudantes a peculiaridade do trabalho de bordado em Passira ser manual, e passar por várias etapas, além disso de apresentar a produção aos que não tinham contato, e sobretudo aproximá-la daqueles que já conhecem “qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural” (Florêncio, 2014, p. 21). Surpreendentemente, a ideia da prática surgiu dos próprios estudantes, o que evidencia o objetivo alcançado no componente optativo, visto que a prática proporciona a cultura preservada.

A escola não possuía os itens necessários para a execução prática do bordado, contudo, foi feita uma solicitação e foram obtidas linha, agulhas, linhas multicoloridas, pedra de anil, querosene e papel seda. Para execução da prática, ela foi dividida em três momentos:

1. No primeiro momento, os estudantes tiveram que definir o desenho que realizariam ao bordar, e esse desenho teve que ser feito a mão pelos estudantes, os conhecidos “riscos”, que são usados como guia inicial para ser bordado. Os estudantes puderam escolher livremente o risco que iriam bordar, utilizando folhas de papel como rascunho, e logo após passaram a



ilustração feita para o papel seda. Além disso, tiveram a liberdade de escolher fazer essa atividade em grupo ou individual.

Figura 20: Estudantes produzindo riscos para o bordado no caderno.

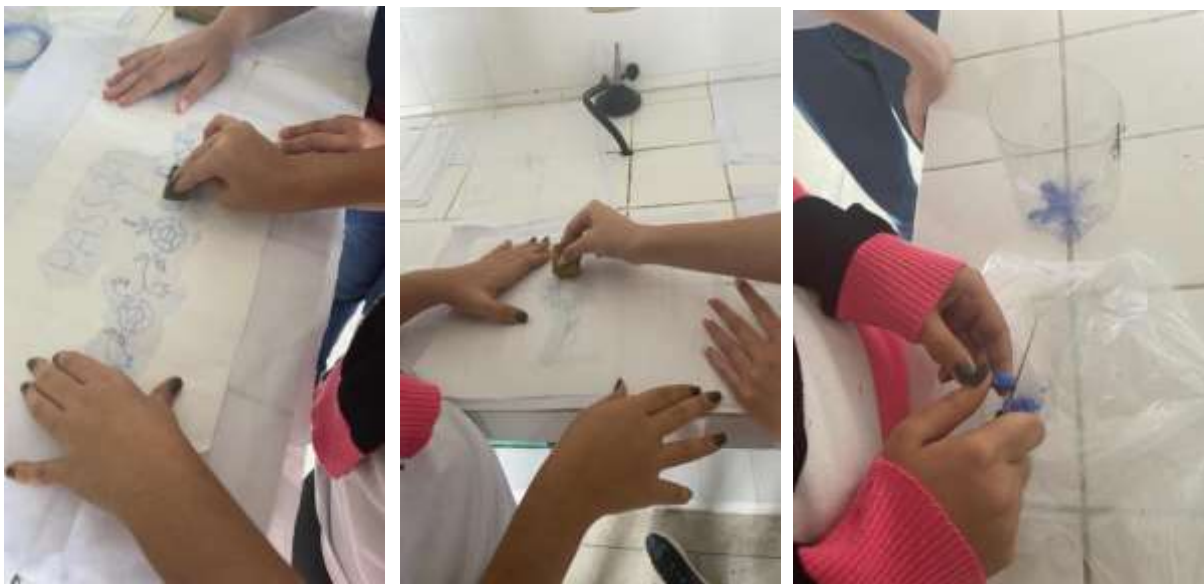


Fonte: Autoria própria, 2023.

2. A segunda etapa consistiu em passar os desenhos feitos no papel seda para o tecido. Para que isso acontecesse os estudantes precisaram utilizar a agulha para perfurar todo o papel no formato do desenho escolhido, deste modo, quando colocado o papel sobre o linho a tinta adentra o papel até formar a imagem. Esta técnica, é a mais utilizada pelos artesãos locais, deste modo, um grande número de estudantes já conheciam os processos de utilização dela, mesmo assim, antes de iniciar o processo o livro “Risco em anil Ponto em flor: memória do bordado de Passira” foi utilizado como guia teórico para a sua realização, pois, nesta obra são apresentadas as etapas de realização do bordado, baseada nos relatos de bordadeiras do município. Esta etapa foi realizada no laboratório de química da escola, já que os estudantes iriam fazer manuseio de uma substancia inflamável e o ambiente contava com os materiais necessários para esse tipo de tarefa.



Figura 16: Estudantes riscando o tecido com a técnica de pintura em anil; e diluindo a pedra de anil em óleo querosene.



Fonte: Autoria própria, 2023.

3. A terceira e última etapa do processo, consistiu em bordar. Neste momento foi possível perceber que alguns estudantes já tinham o contato com a prática do bordado, no entanto, não tinham total domínio do fazer, e outros que apesar de ver familiares produzindo o bordado, não sabiam fazer, pois nunca tinham a curiosidade ou o estímulo de realizar. Deste modo, foi possível vivenciar na sala uma troca de experiências entre os próprios estudantes, onde um tinha o interesse de ajudar o outro. Além de fazerem uso também da internet, como os vídeos online, para ajudar a desenvolver a técnica.

Figura 17: Estudante pesquisando como bordar em sites da internet.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 18: Professor ajudando estudantes a bordar e estudantes colocando em prática o bordado.



Fonte: Autoria própria, 2023.

No universo do bordado, as possibilidades de manipulação da agulha e de entrelaçamento das linhas são vastas, que resultam em inúmeras amarrações e desenhos, que são conhecidos como “pontos”. Essa variedade, é utilizada em um bordado de forma que seja apropriado ao desenvolver da obra, considerando a preferência e habilidade do profissional. De acordo com Franco (2017, p.11) “Os principais pontos encontrados nas peças produzidas no município de Passira são o ponto cheio, atrás, haste, corrente, bainha, meio-ponto, crivo, matiz, nozinho (também chamado de bolinha e sombra” (Franco, 2017, p. 11).

Durante a atividade prática, os estudantes optaram por utilizar os pontos que já conheciam ou que julgavam como sendo mais fáceis de fazer, como o ponto de trás, nozinho, ponto-cheio, e ponto corrente. Interessante notar que a escolha dos desenhos bordados refletia uma semelhança estética com os padrões tradicionalmente encontrados no município. Essa conexão entre a prática dos estudantes e a estética local, demonstra a influência cultural e tradição passirense no processo criativo dos jovens, evidenciando a importância do bordado como parte integrante da identidade cultural da região.

Figura 19: Bordados feitos pelos estudantes da eletiva “Nossas raízes: Processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE”



Fonte: Autoria própria, 2023.

Ao fim de toda produção, no evento de culminância das eletivas promovido pela escola, os trabalhos desenvolvidos, sendo o inventário digital e as produções dos bordados puderam ser expostos para a comunidade escolar, assim, foi possível integrar os demais estudantes que não participaram da eletiva. Dessa forma, foi possível fortalecer a cultura, promover conhecimento e estimular o senso crítico social de todos os estudantes da instituição frente seu patrimônio cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, a educação patrimonial tem sido uma ferramenta fundamental de conscientização da população sobre a importância de proteger e valorizar o seu legado cultural. O estudo e a reflexão sobre as origens, desafios e evoluções, revelam a complexidade e importância desse campo de atuação. A partir das análises realizadas, leituras e vivências, empreende-se que a educação patrimonial vai além da preservação física dos monumentos e edificações, mas também é componente de importância cultural, valorização da identidade e da memória coletiva de uma sociedade. Fato que se propaga até os dias atuais, desde 1930 com a frase: “conhecer para preservar”, ressaltando a importância da disseminação do conhecimento sobre patrimônio, como forma de garantir sua conservação para as futuras gerações.

A Educação Patrimonial, ao promover a preservação da memória coletiva e o reconhecimento da importância dos bens culturais locais, estimula a formação de cidadãos que promovem a conscientização e que atuam de forma ativa na sociedade. Ao levantar questões e discussões sobre a história e significado dos patrimônios materiais e imateriais presentes em uma comunidade, também estimula o respeito e a valorização das tradições, fortalecendo o senso de pertencimento e responsabilidade dos indivíduos em relação ao seu legado cultural. Além disso, ao promover a diversidade cultural e incentivar a reflexão crítica sobre a história e identidades locais, a Educação Patrimonial fomenta o respeito à pluralidade de manifestações culturais.

É urgente a criação e implementação de políticas públicas que visem a integração e a cooperação entre os diversos atores envolvidos na preservação do patrimônio, garantindo a criação de estratégias eficazes para toda sociedade e comunidade escolar. É preciso que haja profissionais qualificados na promoção dessas ações educativas, que estimulem o senso de responsabilidade, por meio de abordagens colaborativas e comprometidas com a valorização do legado cultural. Com a compreensão da importância do patrimônio cultural local, os estudantes são motivados a praticar a conservação, resultando em maior senso de cuidado com o ambiente que vivem, e participando de forma significativa de atividades de preservação e valorização do patrimônio cultural local.

Reconhecer e reafirmar a importância dos bens culturais locais é ainda mais importante do que entender os conceitos de patrimônio cultural, pois, tal fato desenvolve no indivíduo o respeito pelas suas próprias tradições, de grupos étnicos, religiosos e diferentes grupos sociais, promovendo a tolerância, o entendimento e a coexistência pacífica entre os diferentes grupos sociais. Ao trazer estas discussões para a sala de aula, evidencia as diferenças existentes em um

pequeno espaço geográfico, fazendo-os refletirem sobre a complexidade que permeia a formação histórico-social do ambiente em que vivem e compartilham.

O bordado manual da cidade de Passira, é um bem cultural valioso para todas as gerações passadas, presente e também das futuras gerações. Ele representa a história do surgimento da cidade, bem como dos processos sociais as quais ela passou, retratando uma realidade e resultando de diversos acontecimentos históricos. Essa conclusão, deixa claro que o bordado, não somente fez parte do passado, como também é parte fundamental para a cultura e economia da cidade, bem como do sustento para famílias.

Viu-se, que com o componente curricular eletivo: "Nossas Raízes: Processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE", implementada em uma escola estadual de Pernambuco, foi possível criar um ambiente de construção coletiva de conhecimentos. Onde foi possível discutir a história da cidade, reascender conceitos e fatos históricos, esclarecendo e sanando lacunas nos conhecimentos dos estudantes sobre a própria história. Neste processo, cada estudante trouxe sua contribuição, com perguntas, dúvidas, explicações e relatos vivenciados pelos próprios estudantes dentro de casa, que remetem a história da cidade e a produção de bordados manuais. A eletiva, alinhada com a Base Comum Curricular (BNCC) e o Projeto Político Pedagógico da escola, teve como objetivo central explorar e valorizar a história local, envolvendo os estudantes na preservação do patrimônio cultural.

O componente curricular envolveu não somente os conhecimentos históricos da cidade, mas também da literatura regional, como o cordel, que é outro bem cultural. Além disso, foram utilizados recursos que ajudassem os estudantes a se prepararem para as avaliações externas, que fizeram com que a eletiva fosse interdisciplinar, envolvendo conteúdos e recursos metodológicos diversos. Através dessas práticas de aprendizagem, o processo tornou-se significativo, indo além da história do município, da prática do bordado manual como forma tangível de preservação do patrimônio, e a construção de um inventário dos bens culturais. A participação ativa dos discentes culminou em uma exposição dos materiais produzidos, proporcionando uma oportunidade para toda a comunidade escolar se envolver com o patrimônio cultural local.

A integração entre a teoria e a prática, foram itens diferenciais para o processo educativo e de aprendizagem, visto que os estudantes não foram apenas sujeitos passivos, mas que também colocaram em prática parte importante e fundamental do componente curricular. Isso trouxe para o campo de prática, uma aprendizagem mais aprofundada sobre o bordado, bem como entendimento da prática manual, sua complexidade de realização, e a necessidade de um aprendizado motor, para que o bordado possa então ser realizado. Os estudantes conseguiram

realizar o bordado de forma eficaz, evidenciando que existe influência local nos desenhos realizados, por estarem dentro do mesmo modelo dos bordados que se encontram pela cidade.

O componente curricular eletivo também trouxe aos estudantes uma visão de empoderamento comunitário, evidenciando como a participação social é importante para a comunidade local, através do desenvolvimento de habilidades de pesquisa, documentação, mapeamento e conservação do patrimônio, sendo então defensores ativos do bordado manual da cidade. Contudo, existem diversas dificuldades para a implementação de tais práticas, bem como a dificuldade de acesso a informação, falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada, falta de envolvimento escolar com a realidade da comunidade e apoio social limitado.

Assim, a abordagem dessa temática foi eficaz na promoção do envolvimento dos discentes com a história local, fortalecendo seu senso de pertencimento e identidade com o patrimônio cultural da região. Além disso, foi evidenciado que a diversidade cultural presente nas escolas desempenha um papel primordial no enriquecimento do aprendizado dos estudantes, promovendo a valorização da pluralidade de identidades e experiências. O componente curricular eletivo contribuiu para a conscientização dos estudantes sobre a importância da preservação do patrimônio cultural local, incentivando uma postura crítica e responsável em relação à conservação e proteção desse patrimônio.

Também foi percebido que a integração da história local ao currículo escolar pode ser uma estratégia eficaz para promover uma educação mais inclusiva e tolerante, valorizando a diversidade cultural e fortalecendo os laços de pertencimento dos estudantes à sua comunidade. A experiência compartilhada na escola demonstrou que a educação patrimonial pode ser uma ferramenta poderosa para preservar a história e a identidade de um povo, especialmente em contextos educacionais que priorizam o respeito e a valorização do patrimônio cultural local.

Sendo assim, a Educação Patrimonial não apenas transmite conhecimentos sobre o passado, mas também empodera os indivíduos, incentivando o protagonismo na preservação e promoção da cultura local. Ao explorar e valorizar os diferentes saberes e práticas culturais presentes em uma comunidade, promove também a diversidade cultural e fortalece a identidade coletiva, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente da importância de preservar e valorizar o seu patrimônio cultural. Desse modo, a Educação Patrimonial apresenta-se como uma ferramenta útil para fortalecer os laços comunitários, promover o respeito à história e memória de um povo, e formar cidadãos críticos e engajados na preservação da identidade cultural.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, Maria Aparecida Azevedo. **Educação: um novo patamar institucional**. Novos estudos CEBRAP, p. 131-143, 2010.
- Abreu, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. p. 67-93.
- Albuquerque, Eduarda Rodrigues. **De ponto em ponto um História: Uma análise sobre a tradição dos bordados de Passira-PE**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade de Pernambuco, 2019.
- Arroyo, M. G. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. In: MOLL, J. et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45
- Azevêdo, Áurea Siqueira de Castro. **A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental**. In: Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 3, n. 1, p. 77- 86, 2014.
- Barros, José D. Assunção. O lugar da História Local. **São Paulo: Intervezes**, 2013.
- Bitar, Helder Fadul; Reymão, Ana Elizabeth Neirão; Bittencourt, Nicolle Manuelle Bahia. **Nossa alma ao céu se remonta: o Mito e as Mídias no Círio De Nazaré em Belém do Pará**. Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura., [S.l.], v. 16, n. 1, p. 80-102, 2020..
- Boito Jr Armando; Berringer, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. Revista de Sociologia e Política, v. 21, p. 31-38, 2013.
- Bonamino, A; Franco, C. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 108, p. 101-132, nov. 1999.
- Bosi, E. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.
- BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual operacional de educação integral**. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério da educação. **Programa Mais Educação**. Brasília, Distrito federal. 2010.
- Brulon Soares, Bruno. **Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente**. Museologia e Patrimônio, v. 10, n. 1, 2017.
- Burke, Peter. **A escrita da história**. Unesp, 2001.
- Campos, Juliano Bitencourt. **Patrimônio e cidadania: a educação patrimonial nas escolas e a formação cidadã**. Revista Memore, v. 3, n. 1, p. 95-113, 2016.



- Canclini, N. G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- Carboni, Guilherme. **Direito autoral, diversidade das expressões culturais e pluralidade de autorias**. Direito da Propriedade Intelectual, v. 2, p. 137-150, 2014.
- Castells, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.
- Coelho, Samary Pinheiro; Cutrim, Klautenys Dellene Guedes. **A base nacional comum curricular e sua contribuição para a preservação do patrimônio**. Papers do NAEA, v. 29, n. 3, 2020.
- Couto, Elvis Paulo. **As raízes do patrimonialismo de Estado no Brasil**. Habitus, v. 14, n. 1, 2016.
- Cury, C. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.
- Da Silva, Rodrigo Manoel Dias. **Políticas de Educação Patrimonial no sul do Brasil**. Estudos de Sociologia, v. 1, n. 20, 2014.
- Dantas, Fabiana Santos. **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo**. Revista de Direito Administrativo, v. 264, p.223-243, 2013.
- Dantas, Hugo Stefano Monteiro. **O tombamento do Terreiro da Casa Branca: representações e a chancela de um discurso acerca da expansão das políticas de preservação patrimonial na linha editorial do Iphan**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 30, 2022.
- Dantas, RMMC. **Quando um museu dá samba: a popularização do Museu Nacional da UFRJ no Carnaval carioca**. Universidade e lugares de memória. Rio de Janeiro: WalPrint, p. 127- 144, 2008.
- De Carvalho, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Editora Ufmg, 1998.
- Demarchi, João Lorandi. **Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-13082020-132634. Acesso em: 2023-12-05.
- Diário oficial de pernambuco, Poder Executivo, Portaria da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, Portaria nº910 de 06 de fevereiro de 2018. Estabelece as Matrizes Curriculares das Escolas de Referência em Ensino Médio jornada Integral, Semi-integral e das Escolas Técnicas Estaduais ofertantes do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, a serem vivenciadas a partir do ano letivo de 2018.
- Duarte, Ana Paula Moreira Pinto; Garcia, José Luiz Lopes. **Educação patrimonial e a pedagogia freiriana: uma discussão sobre o programa de educação patrimonial da It 138kv Barbosa Ferraz-São Pedro do Ivaí**. Revista Arqueologia Pública, v. 16, n. 2, p. 120-139, 2021.
- Dubet, François. **El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos en la modernidad**. Barcelona: Gedisa, 2006.
- Durand, Jean-Yves. **Bordar: masculino, feminino**. 2006. p.03.
- Esquerda diário. **Governo Temer acaba com programa Mais Educação**. 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Governo-Temer-acaba-com-programa-Mais->



[Educacao?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Newsletter](#). Acesso em: 20 nov. 2023.

Faria, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)**. 2017.

Favaro, Cleci Eulalia. **Os lenços de namorados. Tradição, cultura popular e afetividade**. Fronteiras: Revista de História, v. 13, n. 24, p. 151-168, 2011.

Florêncio, Sônia Rampim. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014.

Fonseca, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, p. 59-79, 2003.

Franco, Tereza (org.). **Risco em Anil, Ponto em Flor: Memória do bordado de Passira**. [S. l.: s. n.], 2017.

Fratini, Renata. **Educação patrimonial em arquivos**. Histórica–Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, p. 1-11, 2009.

Freire, Paulo. **Pedagogy of the oppressed (revised)**. New York: Continuum, v. 356, p. 357-358, 1996.

Harvey, D. **A condição pós-moderna**. 5. ed. Tradução: Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

Hilsdorf, M. L. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Hino do município de Passira. Compositor: Jurandir de Barros Filho. [S. l.: s. n.], s/n. Disponível em: <http://www.portalpassira.com.br/>. Acesso em: 27 maio 2023.

História da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Passira - Pernambuco – Brasil. Coração de Jesus e Maria, 2011. Disponível em <<https://coracaodejesusemaria.blogspot.com/2011/10/historia-da-paroquia-de-nossa-senhora.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan: Museu Imperial, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal do IBGE [S. l.], 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/passira/panorama>>.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em 04 jul. 2023.

IPHAN. Portaria nº137 de 28 de abril de 2016. **Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio**. Diário oficial da União, Brasília, 2016.

IPHAN. Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao\\_001\\_de\\_3\\_de\\_agosto\\_de\\_2006.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf). Acesso em 20 nov. 2023.

IPHAN. Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/> Acesso em 20 nov. 2023.

- Le Goff, Jacques et al. **História e memória**. 2003.
- Leclerc, Gesuína de Fátima Elias; Moll, Jaqueline. **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral**. **Educar em revista**, p. 91-110, 2012.
- Lima, K. M. S.; Souza, M. M. B.; Amorim, M. do R. F. B. **O interesse do homem no bordado na perspectiva das mulheres em Passira-PE: um estudo exploratório**. Disponível em: [http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1\\_34 .pdf](http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_34.pdf).
- Lima, Renato Rodrigues. **A importância do patrimônio cultural na sociedade moderna**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 9, n. 17, p. 89-91, 2015.
- Maltêz, Camila Rodrigues. **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural**. Pedagogia em ação, v. 2, n. 2, p. 39-49, 2010.
- Matias, Carlos dos Passos Paulo. **Legado da semana de 22 e a gestação da ideia de Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil**. Revista Memorare, v. 7, n. 1, p. 197-208, 2020.
- Medeiros, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. 2001.
- Melo, Alessandro de; Cardozo, Poliana Fabiula. **Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial**. Educação & sociedade, v. 36, p. 1059-1075, 2015.
- Mena, F. C. **Urbicídio o la noción del olvido**. XV Seminario sobre Patrimonio Cultural, 2014, Chile.
- Messias, Vinícius Custódio. **Patrimônio cultural de Lavras (MG): valorização e pertencimento**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 84312-84325, 2020.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Moll, Jaqueline. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC/Secad, 2009.
- Mouffe, C. **Politics and passions: the stakes of democracy**. London: Centre for the Study of Democracy, 2002.
- Nascimento, Rodrigo Modesto. **Relações entre o patrimônio material e imaterial**. Fênix-Revista de História e Estudos Culturais, v. 6, n. 2, p. 1-12, 2009.
- Nora, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.
- Paes-Luchiari, Maria Tereza D. **Centros históricos-Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano**. Universidade Federal Fluminense, 2010.
- Passira se prepara para a 17ª Festa do milho no ano de uma das maiores safras de milho. Agreste na Web, 2023. Disponível em: <<https://portalagrestenaweb.blogspot.com/2023/07/passira-se-prepara-para-17-festa-do.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2023.
- Pelegri, Sandra CA. **Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias**. Encontro de História da Arte, n. 3, p. 503- 513, 2007.
- Pelegri, Sandra; Funari, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. Brasiliense, 2017.

Pereira, Walmir. **Patrimônio Cultural e Memória Social das Missões Jesuíticas-Guarani-Ruínas de São Miguel: Ação Patrimonial e Identidade Ameríndia na Região Platina da América do Sul.** Revista Sures, n. 2, 2013.

Queiroz, Ana Roberta de Amorim; Lacerda, Alexandre Maria Alves de; Silva, Rynelands Silvestre Santana; SILVA, Etienne Amorim A. da. **O Homem no Bordado de Passira: Uma questão Econômica ou de Gênero?** (s.d). Disponível em: <http://docplayer.com.br/51911908O-homem-no-bordado-de-passira-uma-questao-economica-ou-de-genero.html>.

Ranciè, J. **O desentendimento: política e filosofia.** São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 7-70. p. 55- 70.

Ricouer, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Rodrigues, João Paulo Pacheco. **A educação Patrimonial e os lugares de memória: A cidade de Cambira-PR.** Dimensões, n. 41, p. 214-229, 2018.

Asbraer. **Safra de milho no município de Passira (PE) supera expectativas.** 2020. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/6453-safra-de-milho-no-municipio-de-passira-pe-supera-expectativas>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

Saviani, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

Schmidt, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica”. In: Monteiro, Ana Maria F. C.; Gasparello, Arlette Medeiros; Magalhães, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Scifoni, S.. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo.** Revista CPC, São Paulo, v. 14, n. esp. 17, p. 14-31, 2019.

Scifoni, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial.** Revista Teias, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

Scifoni, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: Tolentino, Átila B. (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Iphan, 2012. p. 30-37. (Caderno temático n. 2).

Scifoni, Simone. **Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo?.** Educação & Sociedade, v. 43, p. e255310, 2022.

Silva, Ana Celina Figueira da. **Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939).** 2018.

Silva, Maria Regina M. Batista. **O universo da bordadeira: estudo etnográfico do bordado em Passira.** 1995. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

Silva, Marisa Freitas da. **A cultura do algodão e o desenvolvimento do Agreste Pernambucano no século XIX.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022.

Silva, Paulo Fernando Teles de Lemos. **Bordados tradicionais portugueses.** [S. l.], 9 nov. 2006. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/6723>. Acesso em: 31 jul. 2023.pag 24-25

Silva, Tiago Ramos. **História de Passira antiga Malhada do Boi Terra do Bordado Manual Cordel, Passira.**

Silveira, Flávio Leonel Abreu da; Bezerra, Marcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Manuel Ferreira Lima Filho Cornelia Eckert Jane Felipe Beltrão. Nova Letra gráfica e editora. 2007.

Sobral, Francisco José Almeida. **A pré-história do Brasil no ensino médio: uma proposta de ensino a partir da educação patrimonial**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Sociedade artística brasileira. Márcio Miranda Pontes. Educação Patrimonial, 2021. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/educacao-patrimonial/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Tolentino, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC.**, 2019.

UNESCO. **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por). Acesso em: 20 nov. 2023.

Vasconcelos, Isabella Karim Morais Ferreira de. **Uma prática, um bem cultural : uma história sobre o bordado na cidade de Passira-PE (1985-2008)**. 2016. 243 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

Vasconcelos, Isabella Karim Morais Ferreira de. **1980: uma década para ficar na história do bordado de Passira-PE**. Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 102-119, jan.- jun. 2016.

Vogt, Olgário. **Patrimônio Cultural: um conceito em construção**. MÉTIS: história & cultura. p. 13-31

Werle, F. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino**. Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, dez. 2011.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A — EMENTA DA ELETIVA

**TÍTULO:** Nossas Raízes: Processo de inventariação do Bordado Manual de Passira-PE

**TURMAS:** 3º ano EM

**COMPONENTES CURRICULARES:** História, Sociologia, Filosofia;

**PROFESSOR(s):** Eduarda Rodrigues Albuquerque

**JUSTIFICATIVA:** *Nossas Raízes: Processo inventariação do Bordado Manual de Passira-PE* surge a partir da inquietação e necessidade de abordagem da temática regional dentro do ambiente escolar em que comunidade está inserida. Conhecer, discutir e orientar acerca das nossas raízes torna-se tão importante quanto a abordagem dos conteúdos tradicionais da História. Sendo assim, abordagem da temática tem o sentido de reforço as identidades e formação de um alunado consciente do seu papel na preservação do patrimônio cultural e memória local.

**OBJETIVO(s):**

**Geral:** Promover a reflexão e produção de matérias acerca das produções culturais locais, tendo em vista a diversidade da qual ela é formada;

**Específicos:**

- Concepção do que é patrimônio cultural imaterial;
- Compreensão da História e produção do Bordado manual;
- Produção de um inventário tendo como modelo o material disponibilizado pelo Programa Mais Educação

**CONTEÚDOS:**

- Conceitos básicos: Patrimônio Cultural Material e Imaterial;
- História da divisão territorial de Pernambucano e Passira;
- Técnicas e processos de produtivos do Bordado;
- Identificação de monumentos/símbolos que identificam o bordado como patrimônio cultural imaterial;
- O que é um inventário participativo;







**METODOLOGIA:** Exposição de conteúdo, leitura e interpretação de textos diversos, músicas, fotos, documentários, vídeos e filmes, rodas de conversa e debate.

**RECURSOS DIDÁTICOS:** Projetor, ofício, caixa de som e quadro;

**PROPOSTA PARA CULMINÂNCIA:** Apresentação do inventário sobre a produção do Bordado Manual produzido durante a eletiva;

**AVALIAÇÃO:** avaliação será de forma processual e contínua, através de observações e registros mediante ao envolvimento e participação dos estudantes nas ações propostas;

APÊNDICE B — FICHA DE EXERCÍCIOS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL  
UTILIZADA NA ELETIVA

	<p>SEE – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO MANOEL GUILHERME DA SILVA - PASSIRA/PE</p>	
<p>Estudante: _____ n.: _____ Data: ____/____/____</p>		
<p>Série: 3º ano Turma: _____ Prof.: Eduarda Albuquerque</p>		
<p>• Preencha o cabeçalho <b>FOR COMPLETO!</b> • Use apenas caneta azul ou preta nas respostas – <b>NÃO USE LÁPIS.</b> • Faça um trabalho limpo, sem borrões. Não use corretivo;</p> <p>• Em questões de tipo múltipla escolha, V ou F a fim, marque apenas a resposta solicitada, em cima da mesma. Marcações além do pedido invalidam a questão; • Você será avaliado pelo que faz, não pelo que pensou em fazer.</p>		
<p>1 (Enem, 2010 – prova vazada) As ruínas do povoado de Canudos, no sertão norte da Bahia, além de significativas para a identidade cultural dessa região, são úteis às investigações sobre a Guerra de Canudos e o modo de vida dos antigos revoltosos. Essas ruínas foram reconhecidas como patrimônio cultural material pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) porque reúnem um conjunto de:</p>	<p>b)</p>  <p>Trabalho em conjunto (1888), de Paulo Américo</p>	
<p>a) objetos arqueológicos e paisagísticos. b) <del>discursos</del> museológicos e bibliográficos. c) <del>núcleos</del> urbanos e etnográficos. d) <del>práticas</del> e representações de uma sociedade. e) <del>expressões</del> e técnicas de uma sociedade extinta.</p>	<p>c)</p>  <p>Ofício das parafiteiras de Colatrinhas (ES)</p>	
<p>2 (Enem 2014) <b>Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro</b></p> <p>O modo artesanal da fabricação do queijo em Minas Gerais foi registrado nesta quinta-feira (15) como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O veredito foi dado em reunião do conselho realizada no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. O presidente do Iphan e do conselho ressaltou que a técnica de fabricação artesanal do queijo está “inserida na cultura do que é ser mineiro”. <i>Folha de S. Paulo</i>, 15 maio 2008.</p>	<p>d)</p>  <p>Concerto empírico e urbano de cidade de Ouro Preto (MG)</p>	
<p>Entre os bens que compõem o patrimônio nacional, o que pertence à mesma categoria citada no texto está representado em:</p>	<p>e)</p>	
<p>a)</p>  <p>Igreja de São Bento (RJ)</p>		





Site arqueológico e paisagístico da Praia de Campos (RJ)

3) **Art.216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 27 julho de 2021.

O trecho da Constituição Federal de 1988 ressalta a importância da defesa do patrimônio cultural brasileiro ao considerar que:

a) sua preservação seja administrada e gerida pelo poder público e por seus órgãos responsáveis.

b) seu reconhecimento como tal seja feito por um grupo populacional considerável, em razão proporcional ao tamanho do município no qual ele se insere.

c) seu tombamento confirme sua excepcionalidade ou valor artístico incomum como bens materiais.

d) sua conservação seja de interesse privado para garantir o crescimento econômico de diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira.

e) seu valor seja atestado por mais de uma geração e confirmado por especialistas no assunto com reconhecida trajetória acadêmica, bem como por um júri internacional.

4) No dia 1º de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a primeira do mundo a receber o título da Unesco de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural. A candidatura, apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi aprovada durante a 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial.

O presidente do Iphan explicou que “a paisagem carioca é a imagem mais explícita do que podemos chamar de civilização brasileira, com sua originalidade, desafios, contradições e possibilidades”. A partir de agora, os locais da cidade valorizados com o título da Unesco serão alvo de ações integradas visando à preservação da sua paisagem cultural.

Disponível em: <[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)>. Acesso em: 7 mar. 2013. Adaptado.

O reconhecimento da paisagem em questão como patrimônio mundial deriva da:

a) presença do corpo artístico local.

b) imagem internacional da metrópole.

c) herança de prédios da ex-capital do país.

d) diversidade de culturas presente na cidade.

e) relação sociedade-natureza de caráter singular.

5) (Enem 2020) Um dos resquícios franceses na dança são os comandos proferidos pelo marcador da quadrilha. Seu papel é anunciar os próximos passos da coreografia. O abasileiramento de termos franceses deu origem, por exemplo, ao *saravê* (*soirée* – reunião social noturna, ordem para todos se juntarem no centro do salão), *avantiê* (*en arrière* – para trás) e *avavã* (*en avant* – para frente).

Disponível em: [www.ebc.com.br](http://www.ebc.com.br). Acesso em: 06 jul. 2015.

A característica apresentada dessa manifestação popular resulta do seguinte processo socio-histórico:

a) massificação da arte erudita.

b) rejeição de hábitos elitistas.


c) laicização dos rituais religiosos.

d) restauração dos costumes antigos.


e) apropriação de práticas estrangeiras



APÊNDICE C — FICHA DE EXERCÍCIOS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL  
UTILIZADA NA ELETIVA



SEE – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL  
ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO  
MANOEL GUILHERME DA SILVA - PASSIRA/PE



Estudante: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Série: 3º ano Turma: \_\_\_\_\_ Prof.: Eduarda Albuquerque

- Preencha o cabeçalho FOR COMPLETO!
- Use apenas caneta azul ou preta nas respostas – NÃO USE LÁPIS.
- Faça um trabalho limpo, sem borrões. Não use corretivo;

- Em questões de tipo múltipla escolha, V ou F e afins, marque apenas a resposta solicitada, em cima da mesma. Marcações além do pedido invalidam a questão;
- Você será avaliado pelo que faz, não pelo que pensou em fazer.

**DISCIPLINA ELETIVA**  
**-1ª UNIDADE DIDÁTICA-**

Nesta unidade iniciamos nossos estudos sobre os patrimônios históricos e culturais de nossa cidade. Esses patrimônios são muito importantes para mantermos viva a memória de Passira. Vamos fixar nosso conhecimento realizando algumas atividades.

1-Complete as frases utilizando as palavras do quadro:

CERIMÔNIAS	HOMEM	CULTURAL
MATERIAL	TOMBAMENTO	DANÇAS

a) Patrimônio Histórico e \_\_\_\_\_ diz respeito a tudo que é produzido materialmente ou imaterialmente pelo \_\_\_\_\_ e que devido a sua importância deve ser preservado.

b) Podemos considerar Patrimônio Histórico Cultural \_\_\_\_\_ obras de arte, cidades e prédios.

c) Fazem parte do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial as festas, as \_\_\_\_\_ e as \_\_\_\_\_ religiosas.

d) Para o objetivo de proteger e preservar o Patrimônio Histórico e Cultural existe um ato administrativo chamado \_\_\_\_\_.

3-) De um Exemplos de Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais que você conhece aqui em Passira?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Patrimônio Cultural Material e Imaterial**

As palavras dentro cada palavra está escondidas no horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

T O H L S S L I R P C N N A S C U L T U R A

A E M U P R L O O S A C R T A I S T A E O S

R F A I L O I V U O K T C C H E T A L A L T

Q O N N A A O M T S E S D L U S D I R R Y L

U T I A A S R E A F T E D V E E G R O G L T

E D F S C M C B A T O N V X L I S T S S M A

O E B E U E T S A E V P M O H O A E E I H

L K S F L R O L U G A R E S A M I T H L N I

O P T E E S S R A I E M I S B R I T O S T S

G A A S B M N G T S O D L A T W R H U T A T

I L C T R O C T S R A D M V L U I P H A N O

C U O A A I E O I D B E N S O T A A T O G R

O T E S C S E A E G N R I N I P S R N S I I

S H S L O S F P A T R I M O N I O T I T V C

V O O E E A M T O R R L W E H T L I E O E O

A S T P S N A E E S U T R L R L O A P N L O

ARQUEOLÓGICOS	CULTURA	INTANGÍVEL	PATRIMÔNIO	SÍTIOS
ARTIFATOS	EXPRESSIONES	IPHAN	POVOS	TOMBAMENTO
BIENS	FESTAS	LUGARES	RELIGIOSIDADE	VESTUÁRIO
Celebrações	HISTÓRICO	MANIFESTAÇÕES	SÍTIOS	
CICLOS	IMATERIAL	MEMÓRIA	SABERES	

5-) No espaço abaixo, escreva um pequeno relato da relação entre sua família/você e o patrimônio cultural de Passira.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1

## APÊNDICE D — FICHAS DO PROJETO


Educação Patrimonial - Mais Educação  
VERSÃO PRELIMINAR

**Ficha do Projeto** Grupo 1

Título do Projeto:  
Bondar e transformar Lima com História!

Nome da Escola/Bairro/Município/Estado  
EREM Manoel Guilherme da Silva, Alto São José  
Roraima-RR

Foto da equipe:



1


## APÊNDICE E — FICHA DE TERRITÓRIO

Educação Patrimonial - Mais Educação  
VERSÃO PRELIMINAR


**Ficha de Território**

*Grupo 2*  
fzce Camila, m<sup>te</sup> Karolyni, m<sup>te</sup>  
Larissa, m<sup>te</sup> Luana

Imagem do território:



Mapa do Território:



Denominação do Território:

*Bom Jardim é um município localizada no nordeste do estado de Pernambuco. O município é formado pelas distritos Sede e Bengalar, e pelas fazendas de Pedra Tapada, Lago do Aba, Montante Seca e Candiaito*

1



## Outras referências de Localização:

Junho 2  
 Norte: Salgadinho e Simãozinho, Sul: Gravata,  
 Pombal e o Brejo do, Leste: Fica Nova e  
 Glória do goiás e Oeste: Cururu.

## Descrição:

Clima: semi-árido, muito quente, com chuvas  
 de verão e inverno.  
 O tempo normal de chuva inicia-se em  
 setembro/outubro e pode estender-se até agosto.  
 as temperaturas variam, acompanhando o  
 clima das precipitações pluviosas. A  
 média anual fica em torno de 24°C.

## História:

Registros históricos mostram que em 1870 o  
 Visconde de Albuquerque Maranhão, Marquês  
 de Camargo, na Jacóidade, uma capela dedicada  
 a São José, o Patrono dos Cururus, inicialmente com o  
 nome de Pedra Tapada; posteriormente a  
 existência de tanques naturais em forma de  
 pequenas lagoas, entre os pontos Jacóides que  
 se espalham na serra do rio. A serra denominada  
 Cururu, situada nas proximidades do tanque  
 destacou a substituição do nome para Cururu,  
 palavra de origem Tupi que, segundo o  
 historiador Sebastião Galvão, significa: que  
 acaba em ponta de flecha.  
 gentílico: cururense

## Dados socioeconômicos:

Em 2020, o Salário Médio Mensal Era de 1.5  
 Salários Mínimos. A porcentagem de pessoas  
 ocupadas em relação a população total era de  
 5,1% na comparação com os outros municípios  
 do estado, que varia em faixas 128 de 185 e 159 de 185,  
 respectivamente. Já na comparação com cidades do  
 País todo, ficava na posição 1987 de 5570 e 5190 de  
 5570, respectivamente. Considerando as famílias com  
 rendimento Mensais de até 1/10 do Salário Mínimo  
 por pessoa, tinha 53,5% da população nessas  
 condições, o que o colocava na posição 80 de 185  
 dentro as cidades do Estado e na posição 1095 de 5570  
 dentro as cidades do Brasil.

## APÊNDICE F — FICHAS DE SABERES

Grupo + Ana Clara, Patrícia, Ana Vitória, Alexandre.

Educação Patrimonial - Mais Educação  
VERSÃO PRELIMINAR

## Saberes

Nome

Escreva o nome mais comum e outros nomes pelos quais o saber é conhecido.

Bordado Manual.

Imagem

No quadro de imagem, insira fotos ou faça um desenho do saber.



O que é

Conte de forma resumida como é o saber.

Bordado é uma prática feita manualmente. Feito com linha, agulha e tecido leve. Algumas bordadeiras trabalham às vezes com equipe.

Onde está

Localize o saber a partir das referências mais fáceis e conhecidas.

Tem a feirinha do Beldado, o centro  
do Beldado e Shopping do Beldado.

Períodos importantes

Descubra os momentos ou datas importantes associados ao saber.

Feira do Beldado feita ocorrida na  
cidade de Passira-PE, ocorrida no mês de  
novembro, dias 4 a 6.

História

Conte sobre as origens e transformações do saber ao longo do tempo.

ORIGEM - Dos primeiros registros de Bar-  
dado que existem no mundo datam da  
pré-história, no período paleolítico,  
há cerca de 2,7 milhões de anos atrás.

TRANSFORMAÇÕES - Ao longo dos anos  
muitos foram os processos vividos  
em Beldado durante as festas de Beldado -  
ou Beldando em rede, que nos dizem  
a origem de que a arte é o fundamento  
das transformações. No Brasil é sin-  
gular e amarelo e vermelho tem  
uma "Resposta brasileira, de Beldado e  
compilar a migração de fruidor".

Grupo 3

**Significados**

Descubra que significados e funções tem o saber para a comunidade.

As funções do bordado são:

- \* Economia
- \* Cultura
- \* Desenvolvimento
- \* Manutenção

**Descrição****Etapas**

Informe se há e quais são as etapas associadas ao saber.

olim. 1- Escolher o tecido 2- escolher as pontas  
3- escolher o número de fios 4- escolher as  
cores de linhas 5- preparar o material necessário  
6- riscar o tecido 7- definir ordem de  
execução 8- Bordar!  
FONTE: Pinterest.

**Pessoas envolvidas**

Informe quais pessoas estão envolvidas com o saber.

normalmente quem tem a prática de  
bordar são mulheres.



grupo 4

## Materiais

Identifique quais são os materiais necessários para este saber.

Linha de costura, agulha de costura, tecido, cola vegetal, folha de marca para marcar o pano, tesoura, alfileres, guilhotina de costura.

## Modos de fazer ou técnicas

Identifique e descreva os jeitos de fazer que compõem o saber.

Para bordar é necessário, de três maneiras: bordar, agulha e linha de papel, e utilizar as mãos para fazer o bordado e de uma tesoura. Além de bordar, utilizando o bordado pode ser feito de diversos outros jeitos e bordar.

## Produtos e suas principais características

Identifique os principais produtos resultantes do saber (se houver).

Colher, panela de pratos, colheres, xícaras, xale cozinhado, xale banheira.

## Roupas e acessórios

Informe se há vestimentas e acessórios específicos associados ao saber. Caso sim, quais são e para que servem e quais são as pessoas que os usam.

Não há vestimenta, apenas acessórios e o bordado.



Grupo 4

## Expressões corporais (danças e encenações)

Informe se há danças ou encenações associadas ao saber. Diga quando elas acontecem e quem são as pessoas envolvidas.

não tem

## Expressões orais (músicas, orações e outras formas de oralidade)

Informe se há músicas, cânticos, orações e outras formas de expressões orais próprios do saber. Se sim, quais são eles? Diga quando são realizados e quem são os responsáveis por fazê-los.

não tem

## Objetos importantes (ferramentas, instrumentos utilizados)

Informe se há e quais são os objetos necessários ao saber.

agulha linha, varela de bambu

## Estrutura e recursos necessários

Diga quais são as estruturas e os recursos necessários para o saber.

ter interesse em aprender, praticar.

## Transmissão do saber

Grupo 4

Procure descobrir como se aprende e se ensina esse saber.

Primeiramente, temer que elaborar e depois aplicar.  
 Temer que aplicar em prática.  
 É para ensinar precisa ter paciência e cautela, para  
 ensinar para a prática com cuidado.

## Avaliação

Indique os principais pontos positivos e negativos para que o saber continue sendo uma referência cultural.

Pontos positivos - Para quem vende o lucro é bom, e uma  
 cidade a mixedo circula com mais facilidade para  
 comprar os materiais para as festas e eventos.  
 Pontos negativos - para as famílias, o  
 lucro não é bom, pois o valor de cada  
 bordado é bem baixo e também a maioria  
 das bordadeiras tem pouca visão organizativa  
 da.

## Recomendações

Indique o que pode ser feito para a preservação do saber.

passar o saber para os nossos filhos e  
 pessoas que querem aprender, para o  
 bordado não se tornar um patrimônio  
 imaterial esquecido.

